

os desafios da escola pública

inquérito a educadores e professores sobre as
condições de exercício da actividade docente

(Versão Preliminar)



Bloco de Esquerda

Grupo Parlamentar

Junho de 2008

Os desafios da Escola Pública
As condições de exercício da actividade docente

Versão Preliminar do Relatório de análise dos resultados do inquérito a educadores e professores

Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda
Junho de 2008

Comentários, observações e sugestões para:
educacao_be@be.parlamento.pt

Índice

Sumário Executivo	5
Notas introdutórias	7
1. O Questionário	11
2. Dados de Caracterização	15
3. A Actividade Docente: níveis de ensino, anos de escolaridade, áreas disciplinares e número de turmas e de alunos	21
3.1- Níveis de Ensino	21
3.2- Anos de Escolaridade	22
3.3- Áreas Disciplinares	23
3.4- Número de Turmas	24
3.5- Número de Alunos	25
4. Os tempos da actividade docente	27
5. As condições de realização de trabalho individual, na escola	29
6. A voz de quem ensina: testemunhos	33
6.1- A ausência de espaços e meios para o trabalho de preparação da actividade lectiva	33
6.2- Infra-estruturas insuficientes ou degradadas, falta de meios de apoio, escassez de pessoal não docente	34
6.3- Sobrecarga de tempo de trabalho, tarefas e burocracia	35
6.4- Desmotivação	39
Notas Finais	41

Sumário Executivo

O presente relatório analisa e sistematiza as principais conclusões de um questionário elaborado e difundido pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, tendo em vista aprofundar o conhecimento sobre o quotidiano dos educadores e professores.

Inicialmente concebido numa versão simples em documento de texto em formato digital (devolvido pelos docentes através de correio electrónico), o questionário seria contudo posteriormente ampliado e melhorado, no decurso da inclusão de contributos, sugestões e observações apresentadas por diversos docentes, optando-se acrescidamente pela sua disponibilização através de uma página de *internet* criada para o efeito¹, que possibilitou o preenchimento *online* das questões.

As principais conclusões que a análise dos dados permite obter são as seguintes:

1. Os educadores e professores investem muito significativamente na sua **formação e qualificação académica**. Dos 98% docentes que iniciaram a sua carreira com o grau de bacharelato e licenciatura, cerca de **20%** elevaram os seus graus académicos, possuindo actualmente níveis relativos a pós-graduação, mestrado e doutoramento.
2. Apesar do aumento do tempo de permanência na mesma escola, é ainda bastante significativo o número de docentes deslocados. De facto, cerca de **53%** dos educadores e professores **desenvolve a sua actividade fora do concelho onde reside**. Ou seja, representa menos de metade a percentagem de docentes que concilia, geograficamente, o concelho de residência e o concelho onde que se localiza o estabelecimento de ensino em que lecciona.
3. O Contrato Administrativo, nas suas diversas modalidades (incluindo o recurso a recibo verde, com significativa expressão na Iniciativa Novas Oportunidades), tem sido a forma dominante de contratação de docentes pelo Ministério da Educação. Com efeito, no universo da amostra de educadores e professores, cerca de **10% são contratados**, abrangendo esta modalidade de relação laboral **cerca de 60% dos docentes com 4 e menos anos de serviço**.
4. O questionário foi essencialmente respondido por educadores e professores do ensino público. Globalmente, cerca de **96% dos docentes lecciona em apenas um estabelecimento de ensino**, situando-se em **60% a percentagem dos que leccionam somente a um nível de ensino**.

¹ Acessível através do endereço: http://www.surveymonkey.com/s.aspx?sm=GkXdLh6_2ffW2cUAdLwsTIUg_3d_3d. O inquérito decorreu durante o mês de Maio de 2008 e reporta-se a dados relativos ao ano lectivo 2007/08.

(considerando, no contexto do inquérito, os seguintes níveis: Educação Pré-escolar; Primeiro, Segundo e 3º Ciclo do Ensino Básico, Ensino Secundário; Oferta Formativa Profissionalizante² e Ensino Especial). Cerca de **1 em cada 10 docentes lecciona a três ou mais níveis de ensino**.

5. Regista-se uma relativa dispersão dos docentes em relação aos anos de escolaridade a que leccionam. Do universo de educadores e professores que responderam ao questionário, cerca de **26%** (ou seja, um em cada quatro docentes), lecciona a **três ou mais anos de escolaridade** distintos. De acordo com os resultados do inquérito, a dispersão relativamente ao número de áreas disciplinares leccionadas, permite estabelecer que cerca de **20%** dos docentes (1 em cada 5) lecciona a **três ou mais disciplinas e/ou áreas disciplinares distintas**
6. Relativamente ao número de turmas e de alunos globalmente atribuídos a cada educador ou professor, verifica-se que praticamente metade (**47%**) lecciona a **cinco ou mais turmas**, situando-se em 10% o número de docentes com nove e mais turmas a seu cargo. Quanto ao número de alunos, a cerca de **6 em cada 10 professores** estão atribuídos **75 e mais alunos**, situando-se em 20% o número de docentes com 150 e mais alunos.
7. As **actividades de natureza não lectiva** desenvolvidas pelos docentes nas escolas consomem em média praticamente **1/3 do tempo** que dedicam à sua profissão, isto é, tanto tempo quanto o tempo dedicado a **trabalho individual de preparação de aulas**, a maior parte do qual se realiza em casa.
8. Os docentes dispendem, em média, **46 horas semanais no exercício da sua profissão** (incluindo aulas, reuniões, actividades de direcção de turma, preparação de aulas na escola e em casa, correcção de provas, etc.). Cerca de **20% do tempo** dispendido no total de actividades de docência corresponde a **trabalho realizado em casa**.
9. A esmagadora maioria dos estabelecimentos de ensino não possui gabinetes individuais ou partilhados. A **Sala de Professores e a Biblioteca** constituem por isso os espaços mais utilizados pelos docentes, tendo em vista a realização de trabalho individual. As condições de trabalho são contudo avaliadas negativamente, razão que leva a que apenas cerca de **44% dos docentes utilize com frequência** espaços da escola para realizar trabalho individual.
10. A avaliação das **condições de trabalho ao nível das infra-estruturas existentes é muito negativa**, não só em relação a espaços menos desadequados (como a Sala de Professores e a Biblioteca), mas sim quanto à generalidade dos espaços para realizar trabalho individual na escola. Cerca de **6 em cada 10 docentes** considera que **os espaços disponíveis têm condições medíocres, muito insuficientes ou insuficientes**. Apenas 24% dos professores considera as condições existentes satisfatórias.

² Agregam-se, nesta categoria, o Ensino Profissional, os Cursos de Educação Formação, a oferta dos Centros Novas de Oportunidades (nomeadamente os processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências) e outras acções de vocação profissionalizante.

Notas introdutórias

No quadro das políticas educativas recentes, a questão das condições de que os professores dispõem para o exercício da sua profissão não tem, visivelmente, merecido a devida valorização enquanto elemento integrante do núcleo de factores que contribuem decisivamente para a melhoria do sucesso educativo e para o combate ao abandono escolar.

De facto, ao longo dos últimos anos o sistema educativo tem atravessado mudanças sucessivas em múltiplas vertentes, como atestam as medidas tendentes à diversificação da oferta formativa, à inclusão de novas disciplinas e áreas curriculares, ao preenchimento de tempos não lectivos e à criação de aulas de substituição, bem como no que concerne à introdução incessante de novos procedimentos burocráticos. À complexificação, enfim, do quotidiano das escolas, dos docentes e dos próprios alunos. Sendo muitas das medidas bem-intencionadas, e até em muitos casos positivas quanto à intencionalidade abstracta que lhes subjaz, a sua implementação revela-se contudo - em múltiplas circunstâncias - desastrosa, abrupta, contraproducente e até, em determinados casos, irresponsável. Sobretudo, nunca ou quase nunca as medidas adoptadas têm em consideração as condições humanas necessárias à sua execução, ou seja, as condições efectivas de que os docentes dispõem para lhes conferir sentido e materialidade.

A capacidade de desenvolver um acompanhamento individualizado dos alunos constitui, paralela e paradoxalmente, um dos princípios mais unanimemente reconhecido pela sua relevância na melhoria da qualidade das aprendizagens, na promoção da igualdade de oportunidades e na obtenção de sucesso educativo e de efectiva capacidade de combate ao abandono escolar. Mas se é verdade que a afirmação deste princípio tem permanentemente feito parte do discurso dos sucessivos governos, as suas práticas atribuem-lhe na realidade uma olímpica irrelevância, desde logo pela importância e primazia conferida a critérios de natureza economicista.

Desde 2001, o número de crianças e jovens matriculados no Ensino Pré-escolar, no Ensino Básico e no Ensino Secundário sofreu uma redução de cerca de 3,1%, seguindo aliás a tendência registada em anos anteriores. Pela demografia, foram assim sendo progressivamente criadas condições favoráveis à redução dos rácios relativos ao número de alunos por professor, favorecendo processos de ensino e aprendizagem mais consistentes e, sobretudo, individualizados. Porém, no mesmo período (entre 2001 a 2006), o número de educadores e professores decresceu globalmente cerca de 5,3%, apesar de em alguns anos a variação ter sido positiva. Em termos de variação anual no número de docentes, a maior quebra percentual verifica-se justamente entre os anos lectivos de 2005/06 e 2006/07, em

que a redução atinge o valor de 5,0%, o mais elevado no conjunto das variações anuais verificadas na última década, ou seja, entre 1997 e 2006 (Quadro 1).

Após um período de 5 anos em que o rácio simples de alunos por docente registou uma redução para valores inferiores a 11, no ano lectivo transacto este indicador regressa a índices observados no final da década de noventa. Entre 2005/06 e 2006/07 regista-se aliás uma evolução curiosa: o número de alunos aumenta em cerca de 7,7% e o número de docentes, como já referido, diminui cerca de 5%.

Quadro 1
Evolução do Número de Docentes e Alunos da Educação Pré-escolar,
Ensino Básico e Ensino Secundário
(Anos lectivos de 1997/98 a 2006/07)

	Docentes		Alunos		Rácio Simples
	Nº	Variação	Nº	Variação	
1997/98	158 428	-	1 818 754	-	11,5
1998/99	160 827	1,5%	1 901 253	4,5%	11,8
1999/00	164 896	2,5%	1 887 000	-0,7%	11,4
2000/01	166 372	0,9%	1 872 509	-0,8%	11,3
2001/02	170 178	2,3%	1 831 751	-2,2%	10,8
2002/03	168 349	-1,1%	1 807 522	-1,3%	10,7
2003/04	169 498	0,7%	1 802 124	-0,3%	10,6
2004/05	173 236	2,2%	1 789 741	-0,7%	10,3
2005/06	169 593	-2,1%	1 648 278	-7,9%	9,7
2006/07	161 090	-5,0%	1 775 779	7,7%	11,0

FONTE: GEPE - Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (Ministério da Educação)

Como referido anteriormente, o presente relatório (na sua versão preliminar), analisa e sistematiza os principais dados do questionário lançado no final do mês de Abril pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda a educadores e professores. A ideia da sua realização fundamenta-se numa convicção profunda: considerar que *a melhoria das aprendizagens, o sucesso educativo, a promoção de uma verdadeira igualdade de oportunidades e o combate efectivo ao abandono escolar passam prioritariamente pela criação das condições de que os docentes necessitam para colocar em prática as suas competências e exercer com qualidade a sua profissão*. Ou seja, considerar que as condições do exercício da actividade docente devem assumir o lugar de absoluta centralidade que lhes cabe na formulação das políticas educativas.

É esta convicção que fundamentou a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre o quotidiano efectivo dos educadores e professores portugueses, em três domínios essenciais. Por um lado, no que concerne ao trabalho que lhes está acometido em termos de número de turmas e alunos atribuídos, bem como no que concerne ao número de níveis de ensino e disciplinas distintas a que leccionam. Em segundo lugar, a obtenção de conhecimento aprofundado sobre o tempo dedicado pelos docentes ao exercício das múltiplas actividades de natureza não lectiva que lhes estão

consignadas, bem como no que respeita às condições de trabalho de que dispõem nos seus estabelecimentos de ensino. Por último, a obtenção de informação que de algum modo lance também luz sobre as dificuldades de conciliação da profissão com a vida pessoal, social e familiar, condição essencial do seu bem-estar e com inegáveis impactos e influências no exercício da sua profissão e no âmbito das relações que se estabelecem com a comunidade escolar, designadamente alunos, pais e colegas.

Mas a realização deste estudo decorre igualmente da necessidade de combater uma ideia muito difundida na sociedade portuguesa, segundo a qual a questão da educação já não é uma questão de recursos humanos. De facto, a divulgação recorrente de indicadores estatísticos, que supostamente evidenciam esse pressuposto, constitui um claro sinal desta desvalorização da questão do número de docentes afectos ao sistema e, conseqüentemente, da desvalorização da questão das condições de exercício da actividade docente. Os rácios simples que se estabelecem pela relação entre os contingentes de professores e de alunos são porventura a expressão mais clara deste pressuposto, transmitindo uma imagem distorcida da organização do sistema educativo, porque justamente centrada numa visão tecnocrática e externa dessa relação; e não centrada nos docentes e no seu quotidiano.

De acordo com os mais recentes dados do Ministério da Educação, relativos ao ano lectivo 2006/07³, o rácio de alunos por docente oscilaria entre os 7,8 no Segundo Ciclo do Ensino Básico e os 15,0 no Primeiro Ciclo do Ensino Básico (Quadro 2). Se o método de cálculo é realista quanto ao Ensino Pré-escolar e Primeiro Ciclo do Ensino Básico, já o mesmo não se passa quanto aos restantes níveis e ciclos de ensino.

Quadro 2
Rácios aluno / docente no ano lectivo 2006/07
(Anos lectivos de 2006/07 e 2007/08)

	Rácios criança / educador e aluno / docente
Educação Pré-escolar	14,8
1º Ciclo Ensino Básico	15,0
2º Ciclo Ensino Básico	7,8
3º Ciclo Ensino Básico e Ensino Secundário	8,2

Nestes últimos, de facto, o método de cálculo decorrente da simples divisão do número de docentes pelo número de alunos deixa de fazer sentido, enquanto tradução da relação que se estabelece entre

³ Estes dados correspondem a valores apresentados na publicação “*Perfil do Docente 06/07*”, do GEPE (Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação - Ministério da Educação). Uma outra publicação, também do GEPE e igualmente relativa ao ano lectivo 2006/07, permite todavia estabelecer rácios diferentes (16,5 para a Educação Pré-escolar; 15,9 no Primeiro Ciclo do Ensino Básico; 7,9 para o Segundo Ciclo do Ensino Básico e 8,7 no caso do Terceiro Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário). Em ambos os casos trata-se de docentes do continente, a exercer funções lectivas.

os dois universos, uma vez que cada aluno passa a ter mais do que um professor (ao contrário do que sucedia até ao Primeiro Ciclo do Ensino Básico). Por conseguinte, interpretar os rácios simples do número médio de alunos por docente induz erradamente a considerar que, por exemplo, um professor tenha apenas 8 alunos no Segundo Ciclo do Ensino Básico, quando as turmas são na verdade e em regra constituídas por mais de 25 alunos.

Na perspectiva do quotidiano dos docentes, os alunos de facto não se “fragmentam” em partes iguais consoante o número de professores que os ensinam, perfazendo globalmente uma suposta unidade. O mesmo aluno estabelece uma relação com cada um dos seus docentes e é por eles avaliado, em número de vezes igual ao número de disciplinas que tem. O que significa, afinal, que o número efectivo de alunos, nos níveis de ensino posteriores ao Primeiro Ciclo do Ensino Básico, deve ser contabilizado, em termos de rácios, através do número de professores que tem, ou seja, através do número de disciplinas que frequenta.

Mas esta é apenas uma das dimensões que exemplifica o modo como as políticas educativas e a organização do sistema educativo têm ignorado sistematicamente um olhar atento e consequente sobre a escola. Um olhar que tenha justamente como ponto de partida o quotidiano dos professores, designadamente na perspectiva das condições de que de facto dispõem para exercer a sua actividade docente. Um olhar que assuma o lugar central que o papel dos educadores e professores ocupa ter na melhoria do sucesso educativo.

1. O Questionário

O processo de constituição da amostra do inquérito dependeu, desde início e de forma assumida, do contributo dos docentes que decidissem colaborar e responder. Ou seja, trata-se de uma base de informação constituída a partir da disponibilidade e generosidade dos educadores e professores que, ao terem conhecimento desta iniciativa, enviaram o seu contributo e divulgaram o inquérito junto de colegas. Tendo em consideração estas circunstâncias, assumidas à partida, a amostra (composta por um total de 3.102 respostas), viria contudo a revelar-se muito representativa do universo dos docentes nos principais parâmetros de caracterização, superando assim, de forma clara, as expectativas iniciais.

De facto, ao confrontarmos os dados obtidos com a informação estatística oficial mais recente do Ministério da Educação (relativa ao ano lectivo 2006/07)⁴, verificamos uma assinalável convergência nos principais indicadores que é possível comparar (designadamente sexo, distribuição geográfica, idade, relação contratual e habilitações académicas), sobretudo tendo em conta o facto de se tratar de dois universos de informação que respeitam a anos lectivos distintos (2006/07 no caso dos dados do Ministério da Educação e 2007/08, no caso da amostra do inquérito).

Como mostra o quadro seguinte, a comparação da distribuição segundo o sexo regista uma diferença de apenas 6% entre os dois universos (estatísticas do Ministério da Educação e dados da Amostra do Inquérito), com uma ligeira sobre-representação dos docentes do sexo masculino.

Quadro 3

Distribuição segundo o Sexo - Dados do Ministério da Educação (2006/07) e Amostra do Inquérito (2007/08)

	VALORES ABSOLUTOS		PERCENTAGENS		Diferença
	Dados Oficiais	Dados Inquérito	Dados Oficiais	Dados Inquérito	
Homens	38 836	869	22%	28%	6%
Mulheres	135 166	2 233	78%	72%	-6%
TOTAL	174 002	3 102	100	100	Média: 6%

Em termos de idades (Quadro 4 e Gráfico 1), a convergência entre os dois referenciais de informação é também relevante. Com efeito, o peso das classes etárias relativas ao intervalo “30 a 39 anos” e “50 e mais anos” assume uma diferença inferior a 1% quando se confrontam os dados da amostra e os

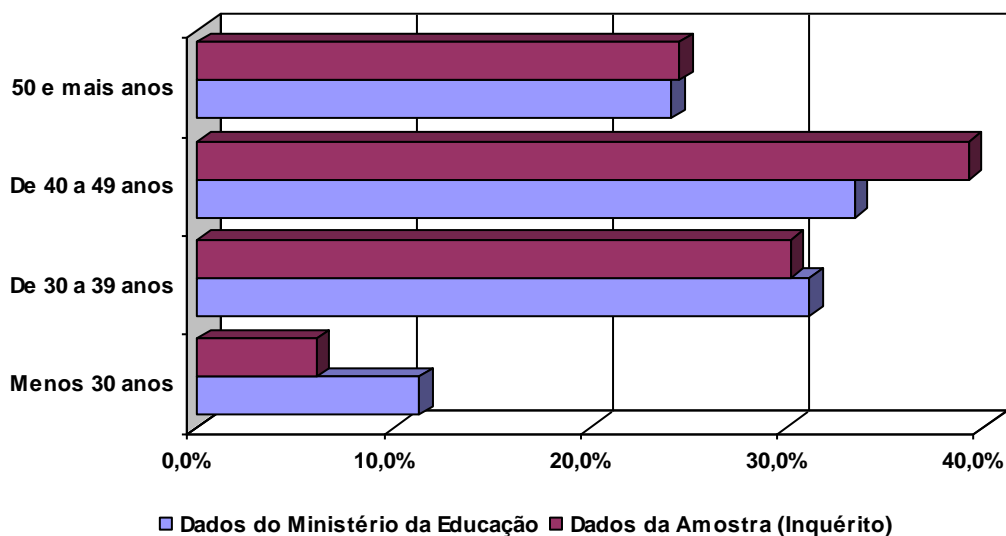
⁴ GEPE (Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação - Ministério da Educação), “Estatísticas da Educação 2006/07”. A informação do GEPE relativa a docentes restringe-se à Educação Pré-escolar, ao Ensino Básico, Ensino Secundário e Cursos Profissionais.

dados oficiais, sendo inferior a 6% nas duas outras classes consideradas (com uma sobre-representação da amostra no caso da classe etária “40 a 49 anos” e uma sub-representação no caso de idades inferiores a 30 anos). No conjunto, a média das discrepâncias de percentagens é de cerca de 3%.

Quadro 4
Classes Etárias - Dados do Ministério da Educação (2006/07) e Amostra do Inquérito (2007/08)

	Dados Oficiais		Dados Inquérito		Diferença
	Nº	%	Nº	%	
Menos de 30 anos	18 162	11,3%	187	6,0%	-5,2%
De 30 a 39 anos	50 164	31,1%	937	30,2%	-0,9%
De 40 a 49 anos	53 900	33,5%	1 217	39,2%	5,8%
50 e mais anos	38 864	24,1%	761	24,5%	0,4%
TOTAL	161 090	100%	3 102	100%	Média: 3%

Gráfico 1
Comparação da distribuição por classes etárias dos docentes entre os dados oficiais do Ministério da Educação (2006/07) e a Amostra do Inquérito (2007/08)



Quanto à distribuição por Regiões, a representatividade da amostra do inquérito revela-se igualmente significativa. Apenas a Região Norte e as Regiões Autónomas evidenciam desvios mais relevantes, com uma sobre-representação no primeiro caso (7%) e uma sub-representação no segundo caso (de 5%) face ao universo total. As restantes regiões, todavia, evidenciam uma distribuição convergente dos dados do questionário face aos dados oficiais (Quadro 5 e Gráfico 2). Em termos médios, as diferenças de valores percentuais entre os dois universos situa-se em cerca de 3%.

Relativamente à situação contratual (Quadro 6), a comparação entre o universo dos docentes e da amostra (dados relativos, em ambos os casos, ao continente), permite registar uma divergência de apenas 5%, que traduz um menor peso dos docentes contratados na amostra (10%) relativamente ao peso dos docentes contratados no total de docentes (15%).

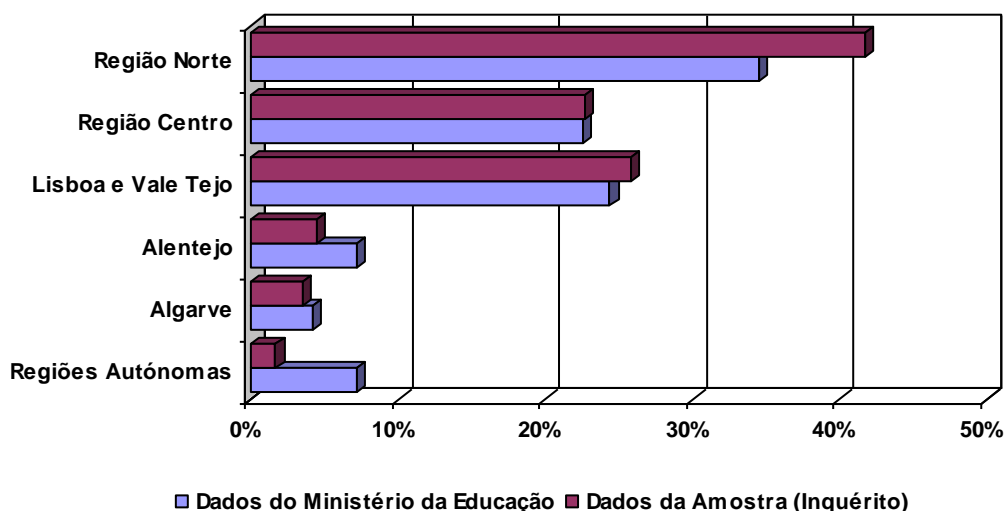
Quadro 5

Distribuição geográfica - Dados do Ministério da Educação (2006/07) e Amostra do Inquérito (2007/08)⁵

	VALORES ABSOLUTOS		PERCENTAGENS		Diferença
	Dados Oficiais	Dados Inquérito	Dados Oficiais	Dados Inquérito	
Região Norte	62 441	1 233	34%	42%	7%
Região Centro	40 893	670	23%	23%	0%
Lisboa e Vale do Tejo	44 140	764	24%	26%	1%
Alentejo	13 065	134	7%	5%	-3%
Algarve	7 538	105	4%	4%	-1%
Regiões Autónomas	12 912	50	7%	2%	-5%
TOTAL	180 989	2 956	100	100	Média: 3%

Gráfico 2

Comparação da distribuição geográfica dos docentes entre os dados oficiais do Ministério da Educação (2006/07) e a Amostra do Inquérito (2007/08)



Quadro 6

Situação Contratual - Dados do Ministério da Educação (2006/07) e Amostra do Inquérito (2007/08)

	VALORES ABSOLUTOS		PERCENTAGENS		Diferença
	Dados Oficiais	Dados Inquérito	Dados Oficiais	Dados Inquérito	
Professores do Quadro	118 624	2 486	85%	90%	5%
Professores Contratados	21 313	278	15%	10%	-5%
TOTAL	139 937	2 764	100	100	Média: 5%

A comparação dos dados relativos às habilitações académicas (à escala do continente) estabelece maiores diferenciações. Neste âmbito, importa contudo sublinhar que não é claro, na publicação do

⁵ O total é inferior ao valor global de respostas (1.302) em virtude de não incluir os casos (146) em que não foi declarada a proveniência geográfica do docente. No Quadro 6, a diferença entre os totais deve-se igualmente a situações de informação insuficiente, quanto à situação contratual de 338 docentes.

Ministério da Educação, o significado de grau “equiparado a licenciatura” (presumindo-se que o mesmo integre as licenciaturas bietápicas), nem a que tipo de habilitações corresponde a categoria “outra”, associada ao grau de bacharelato. Em segundo lugar, subsiste a dúvida se as habilitações a que se referem as estatísticas oficiais respeitam à indicação da habilitação inicial de cada docente ou se respeitam à sua habilitação académica actual. Por último, e atendendo a que muitos docentes se encontram a investir na sua formação (como demonstraremos seguidamente), é provável que as limitações decorrentes da comparação de dois anos lectivos distintos seja mais pronunciada neste parâmetro, ajudando a explicar parte das divergências observadas (Quadro 7).

Quadro 7

Habilitações Académicas - Dados do Ministério da Educação (2006/07) e Amostra do Inquérito (2007/08)

	VALORES ABSOLUTOS		PERCENTAGENS		Diferença
	Dados Oficiais	Dados Inquérito	Dados Oficiais	Dados Inquérito	
Doutoramento / Mestrado	5 507	439	4%	15%	12%
Licenciatura / Equiparado	133 064	2 010	85%	71%	-14%
Bacharelato / Outra	18 096	401	12%	14%	3%
TOTAL	156 667	2 850	100	100	Média: 10%

Face à estratégia adoptada para obter dados e informação qualitativa, baseada no contacto directo com um número que fosse o mais elevado possível de docentes, e assumindo-se inequivocamente a natureza aleatória do processo de recolha de respostas, a representatividade da amostra assim constituída acabaria portanto por se revelar de facto mais significativa que o inicialmente previsto.

O que confere, importa sublinhar, relevância à dimensão quantitativa da informação, que se junta à relevância qualitativa que desde o início fundamentou a realização do inquérito. O que não significa, porém, que o Bloco de Esquerda deixe de considerar crucial a recolha extensiva, sistemática e periódica de elementos que permitam lançar luz sobre as condições de exercício da actividade docente, capazes portanto de captar as constricções que se lhes colocam quotidianamente e que condicionam a sua efectiva capacidade para desenvolver um ensino de qualidade e individualizado, e desse modo combater o abandono escolar e promover o sucesso educativo e a igualdade de oportunidades.

2. Dados de Caracterização

De acordo com os resultados, cerca de 50% dos educadores e professores que responderam ao questionário têm idades entre 35 e 50 anos (Quadro 8), sendo reduzido o número de docentes com idades inferiores a 30 anos (apenas 6%). Esta distribuição associa-se, pelo menos em parte, às restrições de acesso e ingresso na carreira docente, responsável pela diminuição progressiva do contingente global de professores verificada nos últimos anos.

Relativamente ao tempo de serviço, cerca de metade dos docentes possui entre 10 e 24 anos de actividade docente, não se registando diferenças assinaláveis quanto ao género (Quadro 9).

Quadro 8
Distribuição dos docentes segundo a Idade e o Sexo
(Inquérito a Docentes 2007/08)

	Sexo Masculino		Sexo Feminino		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
20 a 24 anos	1	0,1%	7	0,3%	8	0,3%
25 a 29	52	6,0%	127	5,7%	179	5,8%
30 a 34	145	16,7%	243	10,9%	388	12,5%
35 a 39	149	17,1%	400	17,9%	549	17,7%
40 a 44	161	18,5%	435	19,5%	596	19,2%
45 a 49	169	19,4%	452	20,2%	621	20,0%
50 a 54	126	14,5%	368	16,5%	494	15,9%
55 a 59	54	6,2%	166	7,4%	220	7,1%
60 e mais anos	12	1,4%	35	1,6%	47	1,5%
TOTAL	869	100%	2 233	100%	3 102	100%

Um dos resultados mais expressivos diz todavia respeito ao significativo investimento realizado pelos docentes na sua actualização científica e progressão académica, esforço que contrasta com a desvalorização da qualificação dos recursos humanos que o Ministério da Educação tem vindo a evidenciar, designadamente quando dificulta e impede (como sucedeu nos últimos dois anos), a concessão de licenças sem vencimento e de licenças sabáticas por motivo de progressão de estudos.

Os dados são todavia muito claros a este respeito (Quadro 10). O peso percentual de docentes que mantém as habilitações iniciais de bacharelato e licenciatura tem vindo a reduzir-se percentualmente, aumentando em contrapartida o número daqueles que obtém o grau de mestre e de doutor, ou o número dos que acrescentam às suas habilitações académicas os benefícios da realização de pós-

gradações. Se cerca de 98% dos docentes iniciaram a sua carreira na posse de um bacharelato ou de uma licenciatura, a situação actual das habilitações destes mesmos docentes revela que estes graus apenas representam actualmente 70% do universo de docentes, tendo portanto aumentado o número de mestres (de 0,1%, enquanto habilitação inicial, para 14,3% enquanto habilitação actual) e o número de doutores (de um valor residual inicial para cerca de 2%).

Quadro 9
Distribuição dos docentes segundo o Tempo de Serviço
(Inquérito a Docentes 2007/08)

	Sexo Masculino		Sexo Feminino		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0 a 4 anos	58	6,7%	118	5,3%	176	5,7%
5 a 9	135	15,5%	222	9,9%	357	11,5%
10 a 14	176	20,3%	424	19,0%	600	19,3%
15 a 19	138	15,9%	399	17,9%	537	17,3%
20 a 24	159	18,3%	397	17,8%	556	17,9%
25 a 29	103	11,9%	372	16,7%	475	15,3%
30 a 34	74	8,5%	241	10,8%	315	10,2%
35 a 39	23	2,6%	59	2,6%	82	2,6%
40 e mais anos	3	0,3%	1	0,0%	4	0,1%
TOTAL	869	100%	2 233	100%	3 102	100%

Quadro 10
Comparação entre as Habilitações Iniciais e as Habilitações Actuais
(Inquérito a Docentes 2007/08)

	Habilitação Inicial		Habilitação Actual		VARIAÇÃO	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Bacharelato	559	18,0%	71	2,3%	- 488	-87%
Licenciatura	2 501	80,6%	2 114	68,1%	- 387	-15%
Licenciatura Bietápica	25	0,8%	25	0,8%	0	0%
Pós-Gradação	12	0,4%	390	12,6%	378	3150%
Mestrado	4	0,1%	444	14,3%	440	11000%
Doutoramento	1	0,0%	58	1,9%	57	5700%
TOTAL	3 102	100%	3 102	100%	0	0

Apesar das medidas positivas adoptadas pelo Ministério da Educação, tendentes a uma maior estabilidade dos docentes relativamente ao número de anos lectivos em que ficam afectos a um determinado estabelecimento de ensino, é ainda significativo o número de professores que lecciona num concelho distinto do seu concelho de residência. De acordo com os resultados do inquérito, cerca de 53% dos docentes (mais de metade, portanto, do universo considerado) não reside no concelho onde lecciona. Trata-se, em muitos casos, de docentes que leccionam num concelho contíguo ou próximo do concelho de residência, mas também - noutras situações - de docentes que se confrontam com uma distância muito significativa entre o concelho onde residem e o concelho onde se localiza o estabelecimento de ensino em que se encontram a exercer funções lectivas.

Quadro 11

Docentes segundo o concelho de Residência e o concelho de Trabalho

(Inquérito a Docentes 2007/08)

	LECCIONA NO MESMO CONCELHO EM QUE RESIDE?					
	Sexo Masculino		Sexo Feminino		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sim	377	43,4%	1 066	47,7%	1 443	46,5%
Não	489	56,3%	1 165	52,2%	1 654	53,3%
Não responde	3	0,3%	2	0,1%	5	0,2%
TOTAL	869	100%	2 233	100%	3 102	100%

A distribuição dos docentes segundo os principais domínios de formação (Quadro 12) revela uma repartição relativamente equilibrada da amostra, agregando as áreas das Línguas e Literaturas, Matemática e Ciências, Ciências Sociais e Humanas e Formação de Professores cerca de 76% do total de docentes.

Quadro 12

Distribuição dos docentes segundo os principais Domínios de Formação

(Inquérito a Docentes 2007/08)

	Sexo Masculino		Sexo Feminino		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Formação de Professores	99	11,4%	411	18,4%	510	16,4%
Professores do Ensino Básico	64	7,4%	237	10,6%	301	9,7%
Outros Domínios	35	4,0%	174	7,8%	209	6,7%
Artes	69	7,9%	113	5,1%	182	5,9%
Educação Visual e Tecnológica	40	4,6%	43	1,9%	83	2,7%
Outros Domínios	29	3,3%	70	3,1%	99	3,2%
Línguas e Literaturas	102	11,7%	608	27,2%	710	22,9%
Estudos Portugueses e Franceses	27	3,1%	196	8,8%	223	7,2%
Estudos Portugueses e Ingleses	25	2,9%	110	4,9%	135	4,4%
Outras Línguas e Literaturas Modernas	50	5,8%	302	13,5%	352	11,3%
Engenharias	74	8,5%	73	3,3%	147	4,7%
Engenharia Electrotécnica	19	2,2%	11	0,5%	30	1,0%
Engenharia Química	10	1,2%	26	1,2%	36	1,2%
Outras Engenharias	45	5,2%	36	1,6%	81	2,6%
Desporto	169	19,4%	146	6,5%	315	10,2%
Educação Física e Desporto	167	19,2%	143	6,4%	310	10,0%
Outros domínios	2	0,2%	3	0,1%	5	0,2%
Ciências Sociais e Humanas	169	19,4%	393	17,6%	562	18,1%
História	55	6,3%	149	6,7%	204	6,6%
Filosofia	39	4,5%	80	3,6%	119	3,8%
Geografia	32	3,7%	81	3,6%	113	3,6%
Outros domínios	43	4,9%	83	3,7%	126	4,1%
Matemática e Ciências	164	18,9%	424	19,0%	588	19,0%
Matemática e Informática	73	8,4%	183	8,2%	256	8,3%
Biologia	33	3,8%	95	4,3%	128	4,1%
Física e Química	27	3,1%	70	3,1%	97	3,1%
Outros domínios	31	3,6%	76	3,4%	107	3,4%
Outro domínio de Formação	23	2,6%	65	2,9%	88	2,8%
TOTAL	869	100%	2 233	100%	3 102	100%

Em relação ao estatuto dos professores (Quadro 13), verifica-se que cerca de um terço dos docentes que responderam ao inquérito possui o estatuto de Professor Titular (valor convergente com os dados estatísticos oficiais), permanecendo dois terços na categoria de Professor. Segundo o género, o peso percentual obtido pelos docentes do sexo feminino (29%) é ligeiramente superior àquele que se verifica relativamente ao sexo masculino (25%).

Quadro 13
Distribuição dos docentes por Categorias
(Inquérito a Docentes 2007/08)

	Sexo Masculino		Sexo Feminino		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Professor Titular	214	24,6%	650	29,1%	864	27,9%
Professor	624	71,8%	1 497	67,0%	2 121	68,4%
Não se aplica / Não responde	31	3,6%	86	3,9%	117	3,8%
TOTAL	869	100%	2 233	100%	3 102	100%

De acordo com os dados do inquérito, cerca de 70% dos docentes encontra-se no Quadro de Nomeação Definitiva, situando-se em 15% o número de docentes afectos a Quadros de Zona Pedagógica (Quadro 14). Em situação menos estável e normalmente precária de contrato (sobretudo quando este assume a forma de recibos verdes, modelo que assumidamente sustentou, por exemplo, a expansão da rede de RVCC, hoje Centros de Novas Oportunidades), encontram-se cerca de 10% dos docentes.

Relacionando o tipo de vínculo com o tempo de serviço dos docentes, torna-se evidente o facto de a precarização dos laços contratuais entre o Ministério da Educação e os professores constituir, nos últimos anos, a modalidade de contratação preferencialmente adoptada (Quadro 15). De facto, cerca de 6 em cada 10 docentes que têm até quatro anos de tempo de serviço encontram-se afectos por contrato, sendo igualmente relevante o número de docentes nesta situação com 5 a 9 anos de tempo de serviço.

Quadro 14
Distribuição dos docentes segundo o Vínculo Contratual
(Inquérito a Docentes 2007/08)

	Sexo Masculino		Sexo Feminino		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Quadro Nomeação Definitiva	587	67,5%	1 598	71,6%	2 185	70,4%
Quadro Nomeação Provisória	8	0,9%	5	0,2%	13	0,4%
Quadro Zona Pedagógica	145	16,7%	344	15,4%	489	15,8%
Contrato Administrativo	110	12,7%	202	9,0%	312	10,1%
Não se aplica / Não responde	19	2,2%	84	3,8%	103	3,3%
TOTAL	869	100%	2 233	100%	3 102	100%

Analisando os resultados do inquérito no que concerne ao número de estabelecimentos de ensino em que cada docente lecciona, bem como em relação à sua natureza jurídica, é possível constatar que a

larga maioria dos professores lecciona apenas numa escola (96%), sendo o universo de respostas praticamente circunscrito ao sistema de ensino público (Quadros 16 e 17).

Quadro 15

Vínculo Contratual segundo o Tempo de Serviço

(Inquérito a Docentes 2007/08)

	Tipo de Vínculo					
	QND	QNP	QZP	Contrato	NSA/NR	TOTAL
0 a 4	5,1%	1,7%	6,3%	59,1%	27,8%	100%
5 a 9	22,4%	0,8%	37,5%	34,2%	5,0%	100%
10 a 14	53,8%	0,3%	33,3%	9,8%	2,7%	100%
15 a 19	83,8%	0,6%	12,8%	1,7%	1,1%	100%
20 a 24	91,9%	0,0%	5,4%	1,8%	0,9%	100%
25 a 29	93,1%	0,2%	5,1%	0,8%	0,8%	100%
30 a 34	91,7%	0,3%	5,7%	1,3%	1,0%	100%
35 a 39	95,1%	0,0%	3,7%	0,0%	1,2%	100%
40 e mais anos	75,0%	0,0%	0,0%	0,0%	25,0%	100%
TOTAL	70,4%	0,4%	15,8%	10,1%	3,3%	100%

Quadro 16

Número de escolas em que lecciona

(Inquérito a Docentes 2007/08)

	Sexo Masculino		Sexo Feminino		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Lecciona numa escola	831	95,6%	2 146	96,1%	2 977	96,0%
Lecciona em 2 escolas	30	3,5%	62	2,8%	92	3,0%
Lecciona em 3 escolas	8	0,9%	25	1,1%	33	1,1%
TOTAL	869	100%	2 233	100%	3 102	100%

Quadro 17

Natureza jurídica das escolas em que lecciona

(Inquérito a Docentes 2007/08)

	Sexo Masculino		Sexo Feminino		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ensino Público	839	96,5%	2 179	97,6%	3 018	97,3%
Ensino Privado	13	1,5%	40	1,8%	53	1,7%
Ensino Público e Privado	17	2,0%	14	0,6%	31	1,0%
TOTAL	869	100%	2 233	100%	3 102	100%

No universo de respostas ao inquérito é possível verificar uma sub-representação de docentes de estabelecimentos do ensino privado, o que revela que a difusão espontânea e aleatória do inquérito entre os professores decorreu essencialmente no sistema público, contribuindo porém para reforçar a representatividade dos dados neste universo.

3. A actividade docente: níveis de ensino, anos de escolaridade, áreas disciplinares e número de turmas e de alunos

A análise da actividade docente, no quadro dos objectivos do questionário elaborado pelo Bloco de Esquerda, procura captar de modo global a actividade dos educadores e professores, estabelecendo para esse efeito uma quantificação de elementos essenciais, designadamente os que se referem ao número de *níveis de ensino* a que lecciona⁶, ao número de *anos de escolaridade* e ao número total de *turmas* e de *alunos* que estão atribuídos a cada docente.

3.1- Níveis de Ensino

Em termos globais, cerca de 6 em cada 10 professores que responderam ao inquérito desenvolve a sua actividade docente num único nível de ensino, situando-se em aproximadamente 90% o número de professores que lecciona até dois níveis distintos de ensino (Quadro 18 e Gráfico 3)⁷.

Quadro 18
Distribuição dos docentes segundo o número de Níveis de Ensino a que leccionam
(Inquérito a Docentes 2007/08)

	1 Nível Ensino		2 Níveis Ensino		3 Níveis Ensino		>= 4 Níveis Ensino		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ensino Pré-escolar	64	81,0%	11	13,9%	3	3,8%	1	1,3%	79	100%
Ensino Básico	1 194	59,4%	598	29,8%	176	8,8%	41	2,0%	2 009	100%
1º Ciclo	191	76,4%	37	14,8%	15	6,0%	7	2,8%	250	100%
2º Ciclo	433	69,8%	143	23,1%	36	5,8%	8	1,3%	620	100%
3º Ciclo	570	50,0%	418	36,7%	125	11,0%	26	2,3%	1 139	100%
Ensino Secundário	320	49,0%	245	37,5%	78	11,9%	10	1,5%	653	100%
Oferta Profissionalizante	46	29,7%	64	41,3%	37	23,9%	8	5,2%	155	100%
Outras Situações (*)	206	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	206	100%
TOTAL	1 830	59%	918	30%	294	9%	60	2%	3 102	100%

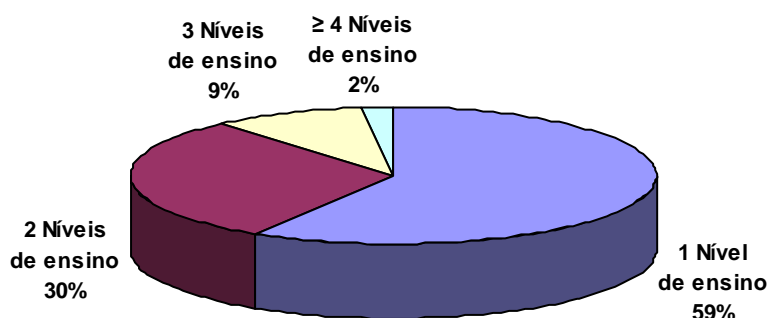
(*) Inclui os docentes afectos em exclusividade ao Ensino Especial, docentes sem actividade lectiva atribuída e situações sem níveis de ensino identificados.

⁶ Diferenciam-se os seguintes níveis de ensino: Educação Pré-escolar, Primeiro Ciclo do Ensino Básico, Segundo Ciclo do Ensino Básico, Terceiro Ciclo do Ensino Básico, Ensino Secundário, Cursos Profissionalizantes (Ensino Profissional, Cursos de Educação Formação, Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências e outras formações profissionalizantes) e Ensino Especial.

⁷ No caso de docentes que leccionam a mais do que um nível de ensino, optou-se pelo seu enquadramento no nível de ensino em que o número de alunos se revelou mais elevado.

Este dado global regista contudo uma ligeira alteração no caso dos docentes do Terceiro Ciclo do Ensino Básico, Ensino Secundário e Cursos Profissionalizantes. Nestes, o peso percentual dos docentes que leccionam a 3 e mais níveis de ensino atinge o valor de 13% (Terceiro Ciclo do Ensino Básico), 14% (Ensino Secundário) e 29% (Oferta Profissionalizante), reduzindo assim o número de docentes que leccionam a um e dois níveis de ensino distintos face aos valores globais.

Gráfico 3
Distribuição dos docentes segundo o número de Níveis de Ensino a que leccionam
 (Inquérito a Docentes 2007/08)



3.2- Anos de Escolaridade

A situação dominante, em termos de distribuição dos docentes segundo o número de anos de escolaridade a que leccionam, corresponde à leccionação de 2 anos de escolaridade distintos (situação em que se encontram 44% dos professores que responderam ao inquérito). Todavia, cerca de 25% dos docentes, ou seja um em cada quatro, lecciona a três ou mais anos de escolaridade distintos (Quadro 19 e Gráfico 4).

Quadro 19
Distribuição dos docentes segundo o número de Anos de Escolaridade a que leccionam
 (Inquérito a Docentes 2007/08)

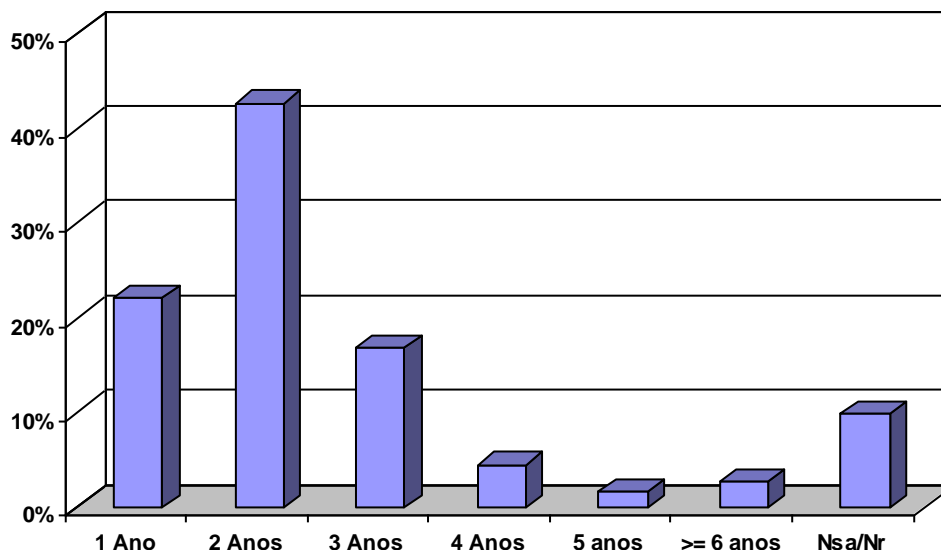
	1 Ano	2 Anos	3 Anos	4 Anos	5 anos	>= 6 anos	Nsa/Nr	TOTAL
Ensino Pré-escolar	1%	11%	9%	4%	1%	0%	73%	100%
Ensino Básico	22%	47%	19%	5%	2%	4%	1%	100%
1º Ciclo	38%	35%	7%	7%	2%	3%	8%	100%
2º Ciclo	31%	52%	7%	4%	2%	3%	1%	100%
3º Ciclo	14%	47%	28%	5%	2%	5%	0%	100%
Ensino Secundário	30%	51%	15%	4%	1%	0%	0%	100%
Oferta Profissionalizante	19%	21%	26%	10%	3%	2%	19%	100%
Outras Situações (*)	6%	2%	0%	0%	0%	0%	90%	100%
TOTAL	22%	43%	17%	4%	2%	3%	10%	100%

(*) Inclui os docentes afectos em exclusividade ao Ensino Especial, docentes sem actividade lectiva atribuída e situações sem níveis de ensino identificados.

Compreensivelmente, e em parte como reflexo da natureza específica de cada um dos níveis de ensino, o peso percentual de docentes que lecciona a três ou mais anos de escolaridade aumenta

significativamente no Terceiro Ciclo do Ensino Básico e nos cursos associados a Ofertas Formativas Profissionalizantes. No Ensino Secundário, tendo algum relevo o peso de docentes que têm a seu cargo três anos de escolaridade (correspondente ao universo de anos de escolaridade deste nível de ensino), o valor percentual de docentes com mais de três anos de escolaridade é pouco significativo.

Gráfico 4
Distribuição dos docentes segundo o número de Anos de Escolaridade a que leccionam
(Inquérito a Docentes 2007/08)



Já no caso dos docentes do Terceiro Ciclo de Ensino Básico e das Ofertas Profissionalizantes, a percentagem de docentes com três ou mais anos de escolaridade atribuídos é de 39% no primeiro caso e de 41% no segundo. Um excesso de permeabilidade entre diferentes níveis de ensino, em termos de afectação de professores, pode assim traduzir-se numa desaconselhável dispersão da sua actividade por um número excessivamente diverso de anos de escolaridade.

3.3- Áreas Disciplinares

A análise da distribuição dos docentes por disciplinas e áreas disciplinares distintas revela que cerca de um em cada cinco professores lecciona a três ou mais unidades disciplinares, situando-se em quase 40% o número de docentes responsável por uma única disciplina ou área disciplinar (Quadro 20 e Gráfico 5).

No caso dos docentes da Educação Pré-escolar e do Primeiro Ciclo do Ensino Básico, sobretudo daqueles que se encontram exclusivamente afectos a estes níveis de ensino, esta questão das diferentes disciplinas praticamente não se coloca (razão pela qual o número de “Não respostas” ou de respostas “Não se aplica” atinge valores na ordem dos 80 a 90%).

Quanto aos restantes níveis de ensino, a percentagem de docentes que leccionam a três ou mais disciplinas/áreas disciplinares atinge 39% no caso dos docentes do Segundo Ciclo do Ensino Básico e 23%, tanto no caso do Terceiro Ciclo do Ensino Básico como das Ofertas Profissionalizantes.

Quadro 20

Distribuição dos docentes segundo o número de Áreas Disciplinares leccionadas(*)

(Inquérito a Docentes 2007/08)

	1 Área Disciplinar	2 Áreas Disciplin.	3 Áreas Disciplin.	4 Áreas Disciplin.	5 e mais Ár. Discipl.	Nsa/Nr	TOTAL
Ensino Pré-escolar	8%	1%	0%	0%	0%	91%	100%
Ensino Básico	35%	31%	18%	6%	1%	10%	100%
1º Ciclo	13%	2%	2%	0%	0%	82%	100%
2º Ciclo	30%	34%	24%	9%	2%	0%	100%
3º Ciclo	42%	35%	18%	5%	1%	0%	100%
Ensino Secundário	57%	30%	9%	3%	0%	0%	100%
Oferta Profissionalizante	44%	34%	19%	3%	1%	0%	100%
Outras Situações (**)	2%	1%	0%	0%	0%	96%	100%
TOTAL	37%	28%	14%	4%	1%	15%	100%

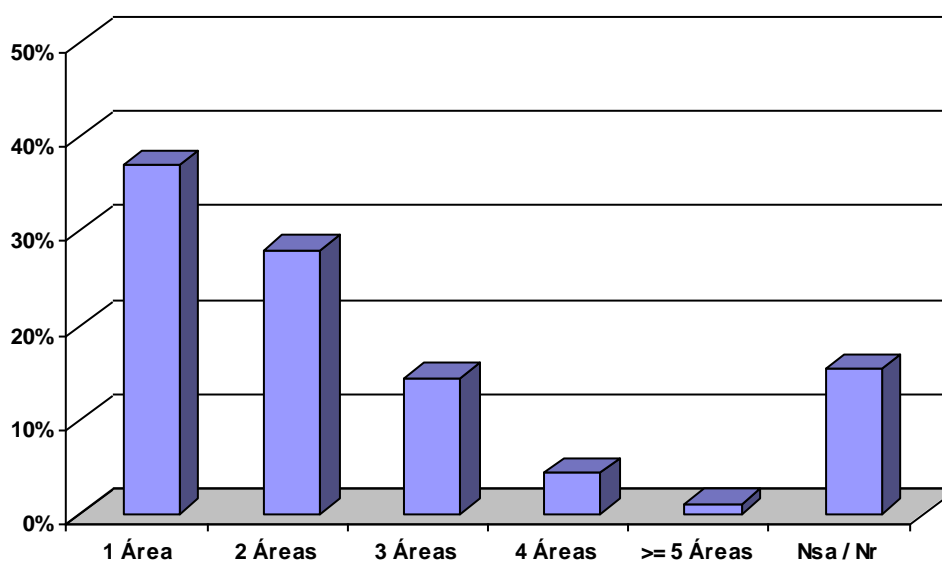
(*) Inclui todas as disciplinas e áreas disciplinares, com excepção do Estudo Acompanhado.

(**) Inclui os docentes afectos em exclusividade ao Ensino Especial, docentes sem actividade lectiva atribuída e situações sem níveis de ensino identificados.

Gráfico 5

Distribuição dos docentes segundo o número de Áreas Disciplinares leccionadas

(Inquérito a Docentes 2007/08)



Relativamente ao Ensino Secundário, e em resultado da formação mais específica dos docentes face à estrutura curricular deste nível de ensino, o peso percentual de docentes que leccionam a três ou mais disciplinas é reduzido, situando-se em cerca de 12% do total.

3.4- Número de Turmas

Quase metade (47%) dos professores que respondeu ao inquérito lecciona a cinco e mais turmas, situando-se em cerca de 10%, ou seja um em cada dez, o peso percentual de docentes que tem a seu cargo 10 e mais turmas (Quadro 21 e Gráfico 6).

Quadro 21

Distribuição dos docentes segundo o Número de Turmas a que leccionam

(Inquérito a Docentes 2007/08)

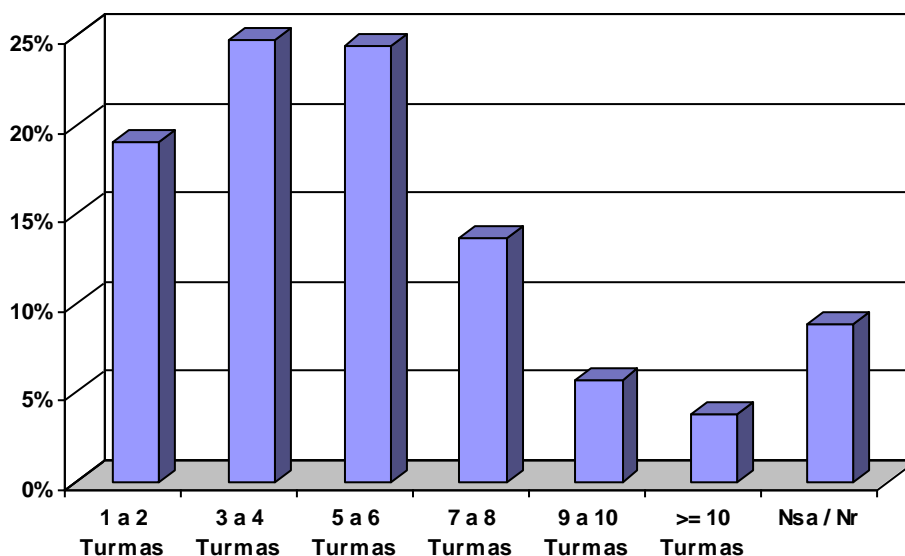
	1 a 2 Turmas	3 a 4 Turmas	5 a 6 Turmas	7 a 8 Turmas	9 a 10 Turmas	Mais de 10 Turmas	Nsa/Nr	TOTAL
Ensino Pré-escolar	14%	1%	3%	1%	0%	0%	81%	100%
Ensino Básico	16%	21%	29%	19%	8%	5%	0%	100%
1º Ciclo	92%	6%	2%	0%	0%	0%	0%	100%
2º Ciclo	7%	29%	30%	21%	7%	6%	0%	100%
3º Ciclo	5%	20%	35%	23%	11%	6%	0%	100%
Ensino Secundário	32%	43%	20%	3%	1%	1%	1%	100%
Oferta Profissionalizante	24%	39%	23%	8%	2%	2%	2%	100%
Outras Situações (*)	3%	1%	1%	0%	0%	0%	94%	100%
TOTAL	19%	25%	24%	14%	6%	4%	9%	100%

(*) Inclui os docentes afectos em exclusividade ao Ensino Especial, docentes sem actividade lectiva atribuída e situações sem níveis de ensino identificados.

Gráfico 6

Distribuição dos docentes segundo o Número de Turmas a que leccionam

(Inquérito a Docentes 2007/08)



Por níveis de ensino, é particularmente preocupante o número de docentes do Terceiro Ciclo do Ensino Básico a que estão adstritas 10 ou mais turmas, representando estes cerca de 17% do total de professores enquadrados neste ciclo de ensino. Com um número de turmas superior a seis, é também muito expressivo o valor encontrado para o Segundo Ciclo do Ensino Básico: cerca de 64% dos docentes deste ciclo de ensino encontra-se, de acordo com os dados do inquérito, nessa situação.

3.5- Número de Alunos

Em alternativa aos rácios simples, que equacionam o número de alunos pelo número de docentes de um determinado nível de ensino, a análise do número de alunos por professor deve ser sensível à

estrutura curricular específica em questão (designadamente, como vimos, à circunstância de um aluno ter mais do que um professor), bem como aos escalões que é possível obter em função da distribuição efectiva dos alunos por cada docente. Nestes termos, constatamos que é muito expressiva na amostra a percentagem de docentes com mais de 75 alunos (quase 60% face ao total), sendo igualmente muito relevante o número de docentes com mais de 100 alunos (44%).

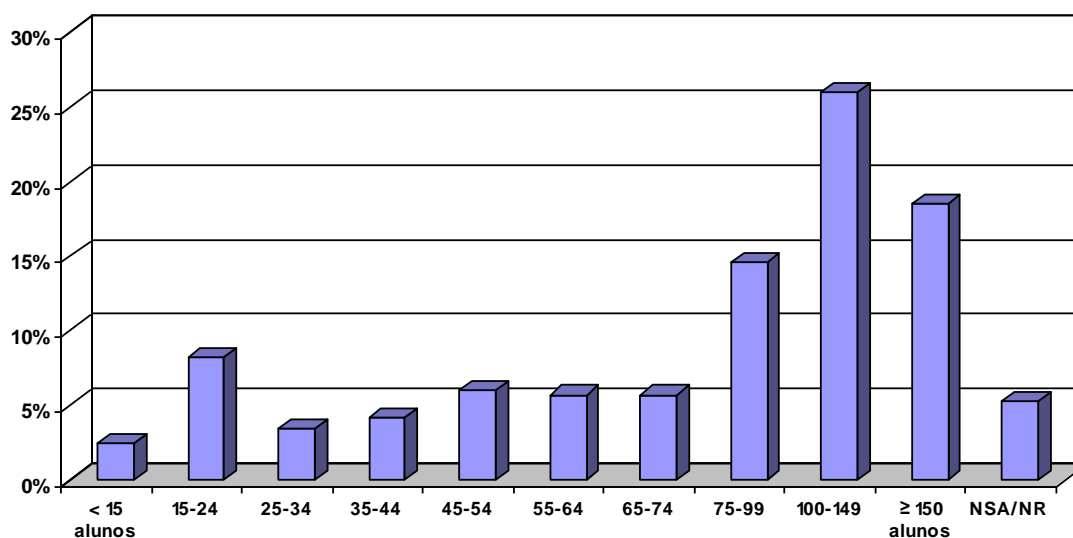
Quadro 22
Distribuição dos docentes segundo escalões relativos ao Número de Alunos
(Inquérito a Docentes 2007/08)

	< 15 Alunos	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64	65-74	75-99	100-149	≥ 150 Alunos	Nsa/Nr	TOTAL
Ensino Pré-escolar	4%	58%	24%	6%	5%	3%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
Ensino Básico	1%	8%	2%	3%	4%	3%	5%	14%	33%	27%	0%	100%
1º Ciclo	10%	59%	5%	6%	5%	3%	4%	2%	4%	1%	0%	100%
2º Ciclo	0%	1%	1%	2%	5%	3%	5%	18%	35%	29%	0%	100%
3º Ciclo	0%	1%	1%	2%	3%	3%	5%	15%	38%	32%	0%	100%
Ensino Secundário	1%	3%	6%	8%	13%	14%	10%	22%	19%	3%	1%	100%
Oferta Profissionalizante	4%	9%	8%	12%	12%	14%	9%	14%	8%	8%	2%	100%
Outras Situações (*)	15%	4%	3%	0%	0%	1%	0%	0%	1%	2%	72%	100%
TOTAL	2%	8%	3%	4%	6%	6%	6%	15%	26%	19%	5%	100%

(*) Inclui os docentes afectos em exclusividade ao Ensino Especial, docentes sem actividade lectiva atribuída e situações sem níveis de ensino identificados.

No Ensino Básico, cerca de três em cada quatro docentes tem a seu cargo mais de 75 alunos, valor que no Ensino Secundário se situa em cerca de 44%. No caso dos cursos das Ofertas Profissionalizantes, a percentagem de professores com mais de 75 alunos situa-se em cerca de 30% (Quadro 22 e Gráfico 7).

Gráfico 7
Distribuição dos docentes segundo escalões relativos ao Número de Alunos
(Inquérito a Docentes 2007/08)



Mas é no Segundo e Terceiro ciclos do Ensino Básico que a situação é mais preocupante, com um peso percentual de docentes com mais de 75 alunos a rondar os 80%.

4. Os tempos da actividade docente

As actividades docentes não se limitam à leccionação de aulas nem se circunscrevem ao interior das fronteiras dos estabelecimentos de ensino. Na verdade, o quotidiano dos docentes é preenchido por um conjunto bastante diverso de actividades, todas elas consumidoras de tempo, prosseguindo para lá da escola e invadindo, em regra, o espaço da vida pessoal, social e familiar dos professores.

No âmbito do questionário, assumiu-se uma organização do tempo dos docentes que traduz três grandes universos: as actividades lectivas propriamente ditas (incluindo as aulas de substituição e outras actividades lectivas realizadas com alunos); as actividades desenvolvidas na escola e que podem assumir uma natureza diversa (desde a assumpção de cargos dirigentes, no Conselho Executivo e na Coordenação de departamento, por exemplo, à participação em reuniões e projectos). Por último, o tempo correspondente ao trabalho individual realizado na escola (essencialmente relativo à preparação de aulas e correcção de testes). Um quarto universo do tempo dos professores, relativo a uma distinção relevante no que concerne ao espaço em que se realiza a sua actividade, decorre de considerar o trabalho individual realizado em casa pelos docentes. O quadro seguinte procura sistematizar os resultados do inquérito obtidos nesta matéria.

Quadro 23

Distribuição semanal do tempo efectivamente dispendido pelos docentes segundo o Tipo de Actividade

(Inquérito a Docentes 2007/08)

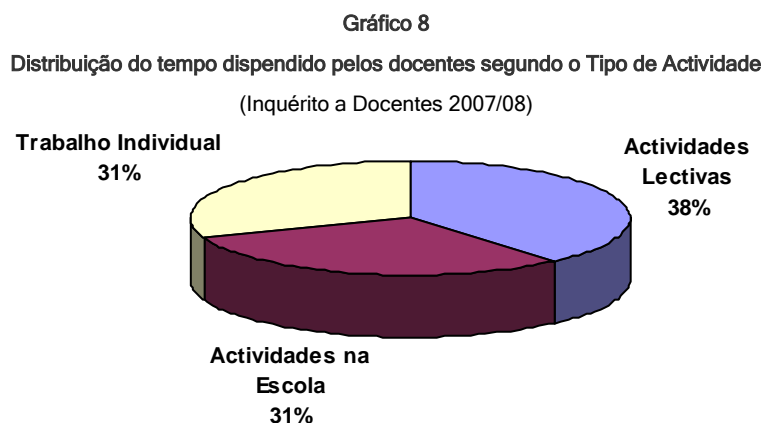
	Até 10 horas	11 a 15 horas	16 a 20 horas	21 a 25 horas	26 a 30 horas	31 a 35 horas	36 a 40 horas	41 a 45 horas	Mais de 45 horas	TOTAL
TRABALHO NA ESCOLA	2%	2%	4%	10%	22%	24%	15%	7%	14%	100%
Tempos Lectivos	5%	11%	24%	33%	22%	4%	1%	0%	0%	100%
- Aulas	8%	22%	37%	28%	4%	1%	0%	0%	0%	100%
- Outros tempos lectivos	91%	7%	1%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
Actividades da Escola	68%	17%	8%	3%	2%	1%	1%	0%	0%	100%
- Cargos dirigentes	89%	4%	3%	1%	1%	2%	0%	0%	0%	100%
- Direcção de Turma	99%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
- Reuniões	98%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
- Projectos e outras	91%	5%	3%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
Trabalho Individual	21%	31%	24%	10%	5%	3%	3%	2%	2%	100%
TRABALHO EM CASA	50%	29%	14%	4%	2%	2%	0%	0%	0%	100%
TOTAL	1%	1%	2%	2%	5%	9%	16%	20%	44%	100%

(*) Inclui os docentes afectos em exclusividade ao Ensino Especial, docentes sem actividade lectiva atribuída e situações sem níveis de ensino identificados.

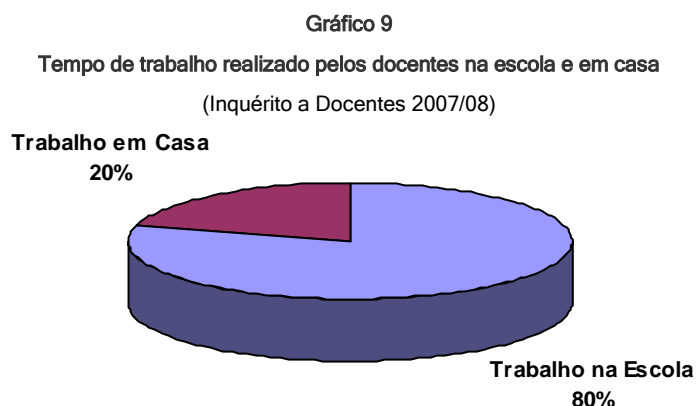
A actividade relativa à leccionação de aulas preenche entre 16 e 25 horas semanais do tempo de trabalho da maior parte dos professores (nomeadamente no que se refere a 65% dos casos). Por seu

turno, as actividades desenvolvidas na escola e que assumem uma natureza não lectiva, implicam na larga maioria das situações (entre 89 e 99% dos casos) um número de horas que não supera o valor semanal de 10. Já o trabalho individual realizado em casa preenche semanalmente até 10 horas do tempo de metade dos professores que responderam ao inquérito, situando-se o trabalho individual semanal realizado em casa entre 11 e 20 no caso dos praticamente restantes 50% do universo da amostra (mais concretamente 47% do total).

A partir do cálculo dos tempos dispendidos nas diferentes actividades que preenchem o quotidiano dos docentes portugueses, é possível estabelecer um padrão médio, que o Gráfico 8 procura ilustrar. De acordo com os valores resultantes, as actividades de natureza lectiva representam cerca de 40% do total do tempo de trabalho realizado semanalmente pelos docentes, distribuindo-se de forma equitativa os restantes 62% do tempo por um lado na realização de trabalho individual relativo à preparação de aulas e correcção de provas e, por outro, nas diferentes actividades realizadas na escola mas que assumem uma natureza não lectiva.



Relativamente à comparação entre o tempo semanalmente dispendido na escola e em casa, verifica-se que este último corresponde a cerca de 20% do tempo total semanal dispendido pelos docentes na sua actividade profissional (Gráfico 9). Aliás, na esfera do tempo de trabalho individual, a maior parte é realizado em casa e não na escola.



Em média, os docentes dedicam à sua profissão cerca de 46 horas semanais, um valor que se revela portanto manifestamente superior ao que seria o horário normal de trabalho semanal, de 35 horas.

5. As condições de realização de trabalho individual, na escola

O número médio de horas semanais de trabalho individual realizado pelos docentes nas suas casas corresponde em regra o dobro do número médio de horas de trabalho individual realizado na escola. A esta distribuição não é obviamente estranha a manifesta falta de condições de trabalho existente na generalidade dos estabelecimentos de ensino, realidade que as respostas ao inquérito nos dão conta de uma forma muito expressiva.

Quando questionados sobre a existência e uso de diferentes espaços, na escola, para desenvolver trabalho individual, a maioria dos docentes elege a Sala dos Professores (52%), a Biblioteca (22%) e outros espaços (27%) como sendo os mais utilizados para esse fim (Quadro 24 e Gráfico 10).

Quadro 24
Espaços, na escola, onde os docentes desenvolvem Trabalho Individual
(Inquérito a Docentes 2007/08)

	Respostas SIM			Respostas NÃO (*)		TOTAL	
	Nº	% (linha)	% (coluna)	Nº	%	Nº	%
Gabinete Próprio	45	1%	1%	3 057	99%	3 102	100%
Gabinete Partilhado	352	11%	9%	2 750	89%	3 102	100%
Gabinete de Departamento / Disciplina	482	16%	12%	2 620	84%	3 102	100%
Biblioteca	746	24%	18%	2 356	76%	3 102	100%
Sala de Professores	1 611	52%	40%	1 491	48%	3 102	100%
Outro espaço	825	27%	20%	2 277	73%	3 102	100%
TOTAL	4 061	22%	100%	14 551	78%	18 612	100%

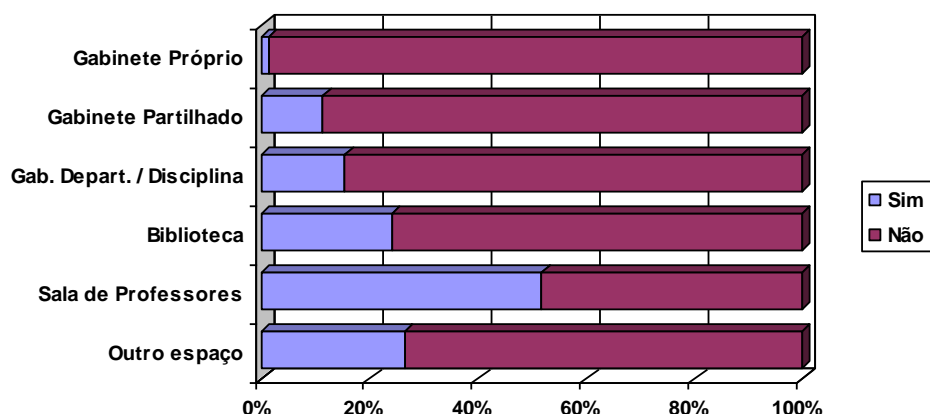
(*) Inclui as situações de não resposta e as respostas "Não" e "Não se aplica".

Relativamente aos gabinetes próprios e partilhados, constituem uma simples miragem para a quase totalidade dos docentes, que refere massivamente a sua não existência (evidente no número de não respostas e de respostas a referir "Não se aplica"). A utilização dos Gabinetes de Departamento e/ou de Disciplina é referida por cerca de 16% dos docentes que responderam ao questionário.

As condições efectivas que cada um dos espaços disponíveis, nas escolas, consubstancia - sabendo-se da inexistência na prática de espaços apropriados para a realização de trabalho individual pelos docentes (gabinetes individuais ou partilhados) - influencia os padrões de frequência com que os mesmos são utilizados pelos docentes.

Gráfico 10

Espaços, na escola, onde os docentes desenvolvem Trabalho Individual
(Inquérito a Docentes 2007/08)



Nestes termos, a Sala de Professores constitui o espaço mais que é mais frequentemente utilizado pelos docentes com vista à realização de trabalho individual, sendo apontado por cerca de 17% dos professores como o espaço, na escola, que é sempre utilizado (Quadro 25 e Gráfico 11)

Quadro 25

Frequência com que os docentes desenvolvem Trabalho Individual na escola, segundo o Tipo de Espaços de que dispõem
(Inquérito a Docentes 2007/08)

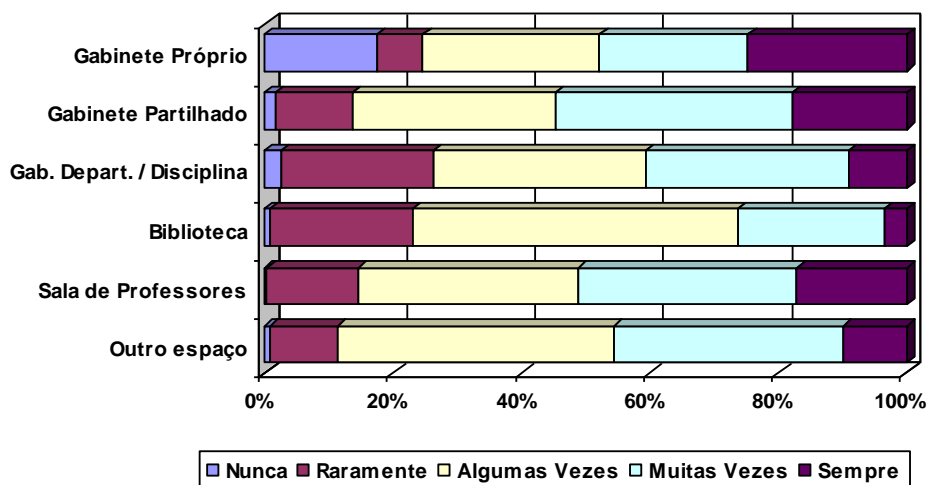
	Nunca	Raramente	Algumas vezes	Muitas vezes	Sempre	TOTAL
Gabinete Próprio	17%	7%	28%	23%	25%	100%
Gabinete Partilhado	2%	12%	32%	37%	18%	100%
Gabinete de Departamento / Disciplina	2%	24%	33%	32%	9%	100%
Biblioteca	1%	22%	51%	23%	3%	100%
Sala de Professores	0%	14%	34%	34%	17%	100%
Outro espaço	1%	11%	43%	36%	10%	100%
TOTAL	1%	16%	39%	32%	12%	100%

A avaliação global dos professores relativamente às condições oferecidas pelos diferentes espaços é contudo muito desfavorável e expressivamente ilustrativa da sua desadequação, física ou funcional, para o desenvolvimento de trabalho individual, como a preparação de aulas ou a correcção de provas. Como evidencia o Quadro 26 e o Gráfico 12, cerca de 66% dos docentes considera como medíocres (18%), muito insuficientes (16%) e insuficientes (32%) as condições oferecidas pelos diferentes espaços para a realização de trabalho individual na escola. Quanto a avaliações positivas em relação às condições desses mesmos espaços, apenas a categoria “Satisfatórias” é relevante (24%).

Face ao défice observado nas condições de desenvolvimento de trabalho individual nos espaços escolares (cujas expressões qualitativas se encontram bem documentadas no capítulo seguinte), torna-se evidente como as recentes medidas - tendentes a uma maior permanência dos docentes nos seus estabelecimentos de ensino - foram tomadas sem uma verdadeira consciência da realidade das escolas portuguesas. Fundando-se numa desconfiança generalizada sobre os docentes portugueses, forçou-se a sua presença a “tempo inteiro” na escola.

Gráfico 11

Frequência com que os docentes desenvolvem Trabalho Individual na escola, segundo o Tipo de Espaços de que dispõem
(Inquérito a Docentes 2007/08)



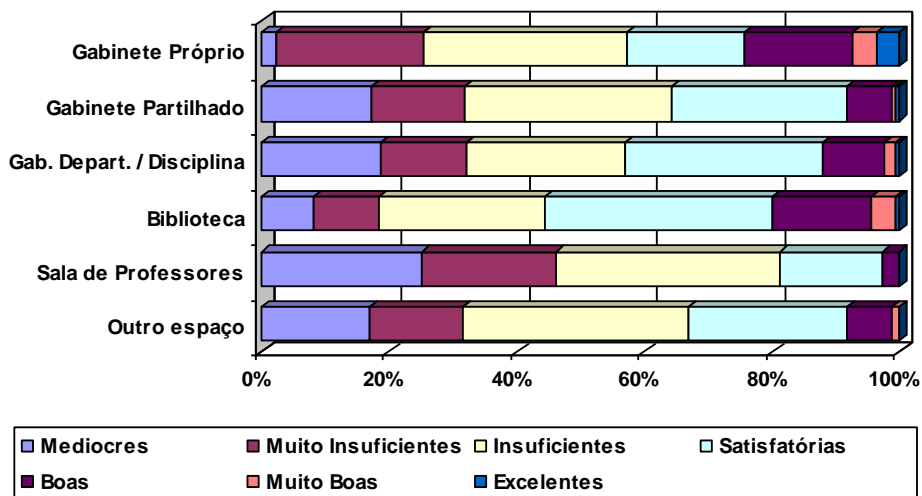
Quadro 26

Avaliação das condições para realizar Trabalho Individual na escola, segundo o Tipo de Espaços
(Inquérito a Docentes 2007/08)

	Mediocras	Muito Insufic.	Insuficientes	Satisfatórias	Boas	Muito Boas	Excelentes	TOTAL
Gabinete Próprio	2%	23%	32%	18%	17%	4%	4%	100%
Gabinete Partilhado	17%	15%	32%	27%	7%	0%	1%	100%
Gab. de Departamento / Disciplina	19%	13%	25%	31%	10%	2%	1%	100%
Biblioteca	8%	10%	26%	35%	15%	4%	1%	100%
Sala de Professores	25%	21%	35%	16%	2%	0%	0%	100%
Outro espaço	17%	14%	35%	25%	7%	1%	0%	100%
TOTAL	18%	16%	32%	24%	8%	1%	0%	100%

Gráfico 12

Avaliação das condições para realizar Trabalho Individual na escola, segundo o Tipo de Espaços
(Inquérito a Docentes 2007/08)



O resultado é hoje claro e evidente: perante a falta das condições necessárias à realização de um trabalho individual de qualidade, na escola, o tempo de trabalho dos professores em suas casas continuou a ser imprescindível, duplicando assim o tempo de dedicação à escola, dentro e fora das suas fronteiras. Mais, ao aumentar o tempo diurno de permanência na escola, foi sobretudo o tempo nocturno que - em casa -, teve que ser sacrificado. Para além da clara contradição entre estas medidas, que ignoram a realidade material necessária à sua implementação, e os discursos de conciliação entre a vida profissional e familiar, torna-se facilmente compreensível por que razão os educadores e docentes se encontram desmotivados e sentem um profundo sentimento de injustiça.

6. A voz de quem ensina: testemunhos

As frases seguintes correspondem a uma pequena selecção feita entre os inúmeros testemunhos que acompanharam o inquérito, substanciando a sua dimensão mais qualitativa.

Esta selecção organiza-se em torno das categorias que nos pareceram mais relevantes e segundo as questões mais frequentemente referidas. Assim, a sobrecarga horária, a excessiva burocratização do trabalho docente e a ausência de condições de trabalho de preparação lectiva no espaço escolar foram massivamente referidas. Acrescem, a esses relatos, os desabafos que denunciam a profunda desmotivação que hoje sentem os professores.

6.1- A ausência de espaços e meios para o trabalho de preparação da actividade lectiva

A escola dispõe de uma pequena exígua sala de professores onde se fazem as refeições e serve também de espaço de trabalho. Outra sala que é utilizada é a sala multimédia ou a biblioteca que normalmente está sempre ocupada por alunos em leitura, jogos ou pesquisa.

Professora, Primeiro Ciclo Ensino Básico, 53 anos

Na minha escola não há gabinetes próprios para trabalhar; no gabinete do departamento nunca dá o sol e, quando chove, a humidade condensa e pinga do tecto; no Inverno só se consegue lá estar depois de o aquecedor estar ligado por um período nunca inferior a 1h e não há 1 computador; as bibliotecas são exíguas e destinadas a alunos (como seria de esperar); a sala de professores, que nos intervalos fica apinhada de pessoas...

Professora, Segundo Ciclo Ensino Básico, 36 anos

Actualmente as escolas deparam-se com falta de espaço para abarcarem todas as turmas, quanto mais espaço de trabalho privados para trabalhar... Gostaria de ter um espaço, dentro da escola para trabalhar, mas com as escolas que temos isso não é possível dada a quantidade de alunos.

Professora, Educação Pré-escolar, 41 anos

A maioria do trabalho individual é feito em casa pois não há condições de espécie alguma na escola. Trabalho no Hall de entrada da escola/corredor. O serviço é feito a maioria das vezes em casa devido às péssimas condições.

Professora, Primeiro Ciclo Ensino Básico, 36 anos

Exceptuando o pouco tempo em que a biblioteca não está requisitada para as diversas actividades, tento aproveitar o espaço para trabalhar; caso contrário não há mais nenhum espaço disponível na escola para trabalho individual ou em grupo.

Professora, Segundo Ciclo Ensino Básico, 45 anos

É uma falácia dizer que um professor pode trabalhar nas escolas. Estas não possuem condições mínimas para isso. A minha sala de professores possui 3 computadores para os

professores (que é um luxo comparativamente a outras escolas), mas o corpo docente ronda as 200 pessoas. Mesmo que o professor venha equipado de casa, é muito difícil concentrar-se num espaço tão amplo e com tanto barulho.

Professora, Ensino Secundário, 48 anos

Na escola não existem gabinetes próprios, nem partilhados, nem gabinetes de departamento. O ambiente na sala de professores não é propício ao trabalho.

Professora, Segundo Ciclo, 34 anos

Convém ressaltar que os professores não dispõem de meios para trabalhar na escola. Á falta de espaços, acresce a falta de material, nomeadamente computadores e impressoras. Na minha escola, na sala de computadores para professores há 6 Pc's para um universo de cerca de 200 professores. Os restantes computadores existentes estão nas salas TIC ou na biblioteca, sendo prioritariamente utilizados pelos alunos (...) No caso da Educação Física, felizmente, dispomos de um gabinete no pavilhão que tem um computador "rupestre" que não é mais que uma máquina de escrever com monitor.

Professor, Ensino Secundário, 31 anos

Na sala de professores temos que pedir licença uns aos outros para circularmos, e as mesas são insuficientes para os Pc's dos professores. Muitos usam tampões nos ouvidos para poderem ter o mínimo de concentração. Era bom que quem legisla fosse obrigado a passar um mês nas escolas a observar as condições de trabalho dos professores e a contabilizar as horas que estes dispensam à Escola. Só assim poderiam fazer um trabalho honesto e, com certeza, passariam a valorizar mais a profissão.

Professor, Segundo Ciclo Ensino Básico, 51 anos

Deveríamos ter espaços próprios para trabalhar mas como não temos espaço, ou trabalhamos na sala dos professores no meio da confusão, ou temos que o fazer à noite prejudicando ainda mais a nossa família.

Professor, Segundo Ciclo Ensino Básico, 43 anos

6.2- Infra-estruturas insuficientes ou degradadas, falta de meios de apoio, escassez de pessoal não docente

Esta escola tem fracas condições, nomeadamente instalações sanitárias. Acresce que, não havendo cantina, as crianças (de 3, 4 e 5 anos), têm de percorrer a pé mais de cem metros, pela estrada com trânsito e sem passeios, até à cantina em quaisquer condições atmosféricas! À parte das questões referentes às instalações, a falta de auxiliares de acção educativa (com períodos frequentes e prolongados de ausência sem substituição) será dos mais graves problemas com que nos deparamos.

Professora, Educação Pré-Escolar, 56 anos

Na escola todos os espaços estão ocupados com aulas, mesmo a biblioteca escolar. As salas de departamento também têm aulas. Só na sala de professores não há aulas. Para mais de 100 professores temos uma sala com cerca de 35 m².

Professora, Educação Pré-Escolar, 46 anos

A escola - recente (dois anos) - encontra-se sobrelotada, tendo os gabinetes sido transformados em salas de aula. Existem - em média - 3 computadores a funcionar na sala de professores (sala de trabalho) e uma impressora (sem papel e muitas vezes sem "tinta"), para quase 100 professores. A biblioteca tem, para 6 centenas de alunos, 3 computadores... quando lá não decorrem aulas.

Professora, Ensino Secundário, 48 anos

A escola, com 150 anos de idade, oferece uma sala, denominada gabinete de departamentos, com cerca de 50 metros quadrados, para 8 departamentos, com 1 secretária e um computador por departamento e uma impressora para todos. Na biblioteca, existem poucas mesas e 8 computadores para os alunos que, naturalmente, os utilizam no meio de um burburinho que impede a concentração. Como orientadora de estágio, não tenho, sequer, um cubículo onde reunir com os meus/minhas estagiários/as. No Inverno, o frio é muito e, no Verão, o calor insuportável. As aulas do secundário têm lugar num pavilhão pré-fabricado que ultrapassou há vinte anos o prazo de validade. Não tenho qualquer objecção a cumprir um horário de 36 h na escola, desde que me sejam dadas condições dignas de trabalho.

Professora, Primeiro Ciclo Ensino Básico, 42 anos

Na escola onde lecciono não existe sala própria para reuniões... mesmo no atendimento aos encarregados de educação, tenho que o fazer num hall, uma vez que a sala de aula está ocupada com as actividades de enriquecimento curricular, por esse motivo todo o trabalho individual é realizado em casa.

Professora, Primeiro Ciclo Ensino Básico, 48 anos

As escolas estão totalmente preenchidas. A nossa escola é uma T30 ou seja deveria ter 30 Turmas e tem, por ordem do Ministério da Educação, 35 Turmas e todas na ordem de 26,27,ou 28 alunos. É impensável trabalhar na escola com condições. Todas as salas estão ocupadas nos dois turnos e, para além disso, o barulho dos alunos nos intervalos prejudica a concentração nos trabalhos dos professores. Existe no seio do pessoal docente total desencanto pela profissão e só com grande esforço se está a conseguir prosseguir.

Professora, Segundo Ciclo Ensino Básico, 56 anos

É necessário reflectir sobre a realidade das escolas do primeiro ciclo. As mesmas não possuem os materiais pedagógicos necessários e actualizados. Os existentes, já com vinte ou mais anos, estão em decadência total... Relativamente ao 1.º Ciclo posso referir um rol de situações que necessitam de intervenção urgente: actividades de enriquecimento curricular???!!! Puro engano... são de facto, actividades lectivas... mal pagas... espaço físico sem qualquer condição de trabalho. Plano nacional de leitura? Com que livros??? Dos 6 necessários para analisar no presente ano lectivo o Ministério da Educação entregou 1... enfim... Recreios sem condições; Tecnologia???? Onde??? Tenho simplesmente 1 computador na sala, com mais de 10 anos, sem impressora nem internet... A realidade das nossas escolas está bem longe das informações publicitárias e propagandistas que o governo tem referido.

Professor, Primeiro Ciclo Ensino Básico, 31 anos

Estou a leccionar a disciplina de Educação Física... Sem pavilhão desportivo. Quando chove: NÃO HÁ...Imaginem a Situação do Professor...

Professor, Segundo Ciclo Ensino Básico, 48 anos

6.3- Sobrecarga de tempo de trabalho, tarefas e burocracia

Não é possível continuar nesta ambiguidade (e nesta mentira) de que trabalhamos 12, 14, 16, 20 ou 22 horas, quando de facto, o tempo gasto em reuniões (a maior parte delas inúteis e inconsequentes) e em outras actividades deixam de facto pouco tempo e disponibilidade interior para as tarefas de pesquisa e de preparação de recursos pedagógicos.

Professor, Ensino Secundário, 45 anos

Com 11 turmas, mais de 200 alunos, um horário com cerca de 30 horas semanais de permanência obrigatória na escola (componente lectiva, não lectiva, substituições, reuniões de departamento e conselhos de turma (intercalares e de avaliação), como é possível desenvolver um trabalho com o mínimo de dignidade? Se souberem, por favor digam-me...

Professor, Segundo Ciclo Ensino Básico, 26 anos

É urgente reduzir o número de alunos por turma, 20 é um número ideal. Muitas vezes é impossível conhecer todos os jovens, e ainda pedem para fazermos um acompanhamento mais individualizado? (...) Corrigir trabalhos, testes de cerca de 120 alunos, ou 224 alunos, há professores com 8 ou mais turmas; alguns alunos no secundário escrevem/ respondem em 6 a 12 páginas!! Que tempo resta para a preparação de aulas, para criar materiais de trabalho, e os alunos com dificuldades? (...) Quantas horas por dia? Descansar? Temos que ser no futuro celibatários, seguir uma Regra como os monges? Ponham beliches na sala de professores, e... deixem-nos sair da "fábrica".

Professora, Primeiro Ciclo Ensino Básico, 38 anos

+ de 28 tempos (45') de trabalho efectivo por semana na escola => 14 lectivos(Matemática e EA)+ 2 de Gabinete de Atendimento (casos de indisciplina)+ 3 de Oficina da Matemática (espaço de frequência facultativa pelos alunos, o que raramente acontece, dado que se o professor falta é substituído)+ 2 coordenação do EA + 1 de preparação do EA + 4 de Apoios a alunos (disciplina de Matemática/7 turmas/cerca de 20 alunos)+ 2 de reuniões (insuficientes face à diversidade das mesmas). (...) E a formação...e o cansaço...e a falta de tempo...e a necessidade de informação...e a disponibilidade mental... ASSIM NÃO!

Professor, Segundo Ciclo, 37 anos

Dou aulas desde o ano de 1997 e as condições de trabalho nas escolas, volvidos 11 anos, não têm melhorado nada. Mais importa salientar que o horário dos docentes nas escolas está cada vez mais sobrecarregado, sem que de tal os docentes ou os alunos tirem qualquer benefício... somos chamados a participar em reuniões atrás de reuniões, a preencher formulários atrás de formulários e nem sempre nos sobre tempo para o mais importante: preparar as aulas de acordo com as necessidades e características dos nossos alunos! O cansaço a partir do meio do ano lectivo é quase insuportável... mas a boa vontade de todos e os sorrisos dos nossos alunos "ainda" são compensadores... precisamos de reformas, de um novo modelo de avaliação de docentes, de um novo modelo de gestão... é verdade e por eles lutamos durante muito e muito tempo, mas estes que nos querem impor apenas vão continuar a ser fonte de degradação do ambiente escolar, de intriga... parecem ter como únicos objectivos "dividir para reinar", "no poupar é que está o ganho"... Até o ambiente em nossas casas se tem vindo a degradar, porque passamos horas e horas e horas a preparar materiais, deixando para trás o acompanhamento das nossas próprias famílias, a nossa vida social. (...) Chega de exploração! É imperioso que a opinião pública seja devidamente informada sobre esta realidade que apenas é conhecida e partilhada pelos nossos familiares.

Professora, Ensino Secundário, 49 anos

Dado que lecciono quatro disciplinas diferentes (C. Naturais do 8ºano; C. Naturais do 9ºano; Área de projecto do 9ºano; Biologia do 12º ano), além de leccionar uma aula de apoio semanal a alunos de uma outra turma, ser secretária do conselho de turma do 12ºano e ter de secretariar rotativamente as reuniões de departamento e sub-departamento, a minha estimativa de trabalho individual em casa é muitas semanas largamente ultrapassado. Os conselhos executivos, na elaboração de horários, deveriam ter em conta o excesso de níveis diferentes que atribuem a alguns docentes, o que, dado sermos seres humanos, e termos também, na maior parte dos casos, família e filhos (que acabamos por vezes por dificilmente poder sequer apoiar e acompanhar) e de termos de passar, como no meu e muitos casos, algumas horas nas deslocações para a escola, implica uma sobrecarga e um desgaste físico e mental dificilmente suportáveis todos os dias, todas as semanas, todos os meses, todo o ano lectivo.

Professor, Segundo Ciclo Ensino Básico, 42 anos

Gostaria de dizer que sou Presidente do Conselho Pedagógico da minha Escola e, para desempenhar esse cargo, foram-me atribuídas duas horas semanais da componente não lectiva. Ora, basta pensar um pouco sobre o que compete ao Presidente do C.P fazer para se perceber o quase regime de escravatura a que estamos sujeitos. Pense-se em toda a legislação que tem saído e a que já existia; pense-se em todas as tarefas que o ministério tem vindo a atribuir ao Conselho Pedagógico (pense-se apenas na avaliação dos docentes); pense-se na necessidade de permanentemente ir articulando as minhas funções com o

Conselho Executivo (logo, necessidade de haver reuniões); pense-se obrigatoriedade de, por inerência de funções, participar nas reuniões da Assembleia de Escola e integrar a Comissão Pedagógica do Centro de Formação de professores; pense-se na necessidade de convocar reuniões, prepará-las exaustivamente, presidi-las, ler e aprovar essas actas... Tudo isto por duas horas semanais! Agora, some-se a coordenação de um departamento (13 professores), somem-se 16 horas lectivas do ensino secundário, nomeadamente do 12ºano, com aproximadamente 100 alunos (e tenho a sorte de ter uma das turmas ser muito pequena), somem-se 4 horas de sala de estudo. E some-se aquilo que para mim é prioritário: a preparação das minhas aulas e a avaliação contínua dos meus 100 alunos. Não estaremos perto de horários de trabalho mais próprios de escravos?

Professora, Ensino secundário, 48 anos

Este ano lectivo dou 14 tempos lectivos a esta turma 12 para oficina de multimédia e 2 para projecto tecnológico (1,5h). No acompanhamento do estágio com duração de 240 h, foram aplicadas 10h e 30m semanais. Para a PAT serão necessárias: cerca de 4/5h para a prova prática; seguramente mais de 5 horas para a apreciação/avaliação dos 5 relatórios e do produto realizado (esta prova poderá ter que ser repetida caso o aluno não obtenha nota para aprovação); mais umas 24h para tudo o que envolve a preparação da prova, que vai desde a matriz, grelhas de avaliação do relatório e da PAT até à acta da PAT de cada um dos alunos (todo o trabalho desde a elaboração até ao digitar e imprimir); umas 4 horas para reuniões com o director de curso. Gostaria de referir que facilmente (em dias de reunião) um docente acaba ocupar cerca de 12 horas do dia em volta da escola. Penso que diversos factores contribuem para que esta situação, entre eles está a hora a que o docente entra ao serviço, da carga horária e da sua distribuição ao longo do dia, o serviço não lectivo (...) O leque "tarefas" que os docentes desempenham na escola para além de leccionar é mais vasto. Processos disciplinares; construção de materiais para a escola; candidaturas a projectos; visitas de estudo; a permanente troca de informação relativa aos alunos..."trabalho oculto".

Professor, Primeiro Ciclo Ensino Básico, 57 anos

Este ano, devido à avalanche de despachos, decretos e circulares com que o ministério nos tem brindado e onde o trabalho de "partir pedra" é deixado às escolas, o departamento tem reunido de duas em duas semanas e cada reunião tem durado cerca de 3 h (...) O que não é aceitável é que sejamos obrigados a cumprir horário de secretaria e tenhamos, ainda, de reunir depois desse horário - por exemplo das 18 às 21, porque é impossível conciliar todos os horários do grupo - ou fazer reuniões intercalares à mesma hora; e levar trabalho para casa porque na escola não há os meios logísticos para fazer testes, procurar textos, etc.

Professora, Primeiro Ciclo Ensino Básico, 42 anos

Este ano tenho 14 turmas. É até uma sorte, pois podia ter 20. Quase não tenho tempo para estar com os meus alunos durante as aulas (são só 45 breves minutos!). Passo mais tempo com eles durante a hora do almoço, no Clube, que é um trabalho voluntário e totalmente grátis. Não me pagam um minuto e é maravilhoso! Os alunos adoram! Não há espaço na escola para podermos trabalhar! A minha escola tem falta de salas de aula, de espaços para os alunos se reunirem e trabalharem durante a hora de almoço (a actividades do Clube do qual sou dinamizador trabalha com sérias dificuldades de espaço!).

Professor, Segundo Ciclo, 38 anos

Exerço funções de Educadora, Coordenadora de Estabelecimento (sem ganhar mais por isso, porque o J.I. só tem dois lugares e não 3), Sou Coordenadora de Docentes, represento o pré-escolar no Conselho Pedagógico, sou Prof. Titular (injustiça) com toda a carga de trabalho que a função acarreta, tenho que avaliar as colegas para o ano (injustiça), vou ser avaliada por tudo isto e ainda enquanto Educadora. Passo mais tempo na escola que com a família. Horário lectivo: mais que as 25hs semanais; não lectivo: muito mais que as 10hs previstas. Soma-se ainda preparação de reuniões docentes, reuniões do Pedagógico, preparação de aulas, trabalho de supervisão, atendimento aos pais, reuniões de trabalho de escola, reuniões para o estudo das "queridas" grelhas de avaliação de desempenho, e á noite em casa trabalho no computador, etc... Porque o pré-escolar, pelos vistos, não necessita de internet! Trabalho sempre na própria sala de aulas, com a Auxiliar a limpar, aspirar, etc... Porque não

há mais espaços disponíveis. "DEIXEM-NOS SER SIMPLEMENTE PROFESSORES E RESPEITEM-NOS.

Professora, Educação Pré-escolar, 46 anos

Por tudo que foi indicado devem imaginar a carga de cansaço que estou a sentir. A esta hora da noite (21h40) ainda tenho que corrigir uma turma de testes uma vez que deveria ter chegado a casa por volta das 16h00 e só cheguei às 19h55, ontem cheguei a casa às 00h20 (houve uma sessão na escola promovida pela Associação de Pais) e amanhã tenho que estar na escola às 8h25...

Professora, Educação Pré-escolar, 41 anos

Sou coordenadora de estabelecimento, coordenadora de ano, directora de turma, participo num projecto de Matemática, tenho reuniões de Conselho de docentes e todas as que forem necessárias. Número de horas indeterminado. Em casa planifico, faço registos, realizo fichas, organizo dossiers de alunos, corrijo trabalhos de casa, «passo» trabalhos para casa, corrijo fichas...Nº de horas indeterminado. Não temos sala com computadores para realizar qualquer trabalho.

Professora, Primeiro Ciclo Ensino Básico, 50 anos

Alguns "detalhes": Dou apoio a alunos em 3 níveis de ensino: Pré-Escolar, 1º ciclo e 2º ciclo, em 3 escolas diferentes (ao todo, os 11 alunos estão incluídos em 7 turmas); não consigo arranjar tempo para reunir para articulação de trabalho com os 7 professores dessas turmas, por contingências do meu horário e do horário deles, que também está sobrecarregado. Apesar de assumir plenamente a coordenação do Departamento de Educação Especial, sou apenas "representante" do mesmo no Conselho Pedagógico, por não ser professora titular... Não reunindo com o Departamento de Expressões, com o qual temos pouca relação, mas no qual, administrativamente, o Departamento de Ed. Especial está incluído (e apesar do meu Mestrado ser em Supervisão Pedagógica), irei ser avaliada pela Coordenadora do Departamento de Expressões - professora de Ed. Física; O Departamento de Educação Especial criou, no ano lectivo anterior, o "Projecto Oficinas", para alunos de currículo alternativo, que inclui jardinagem, culinária, artes plásticas, inglês funcional, música, madeiras, cerâmica... Estas aulas são dadas por professores colaboradores na sua componente não lectiva, sendo tempo lectivo efectivo para os alunos com NEE, o que aumenta significativamente o nº de horas EFECTIVAMENTE lectivas daqueles professores, que têm que planificar, dar as aulas e avaliar estes alunos. Foi criada uma "Equipa Pluridisciplinar" para avaliação de casos após sinalização, da qual fazem parte o professor da turma do aluno sinalizado, o professor do Especial que apoia a escola e a psicóloga do Agrupamento (q trabalha em dois agrupamentos a recibo verde). As horas para avaliação de casos dependem quase exclusivamente da boa vontade dos intervenientes, uma vez q não são contempladas nos horários, por não serem consideradas trabalho regular semanal. Os acompanhamentos a consultas, deslocações a outras escolas (eu trabalho em 3 escolas) e/ou instituições são sempre feitos no nosso carro e a nossas expensas. Estou a realizar um doutoramento em Metodologia e Supervisão, na Universidade do Minho. Como não tenho componente curricular, o doutoramento não conta como formação, pelo que virei a ser penalizada na avaliação, apesar de exceder em muito, quer em profundidade, quer em número de horas, com a investigação que desenvolvo, a formação contínua exigida.

Professora, Ensino Especial, 46 anos

A carga horária é excessiva e o tempo de permanência na escola é também excessivo porque não há espaços condignos. Para além disso, para quem é director de turma que é o meu caso e ainda vice-coordenadora do grupo de Inglês a imensidão de papéis a preencher é uma coisa impressionante. Se querem sucesso deveriam reduzir o número de alunos por turma e rever os currículos porque os alunos têm uma carga horária excessiva. Quinze disciplinas são demais (...). Nunca vi um sistema de ensino tal.

Professora, Ensino Secundário, 36 anos

A sobrecarga é sobretudo burocrática, com decisões de última hora vindas do ME que as quer implementar no imediato sem que sequer as direcções regionais percebam como, instalando-se a confusão. Não temos tempo para preparar aulas e querem-nos cada vez mais tempo nas escolas para tudo menos ensinar, como a própria avaliação que nos vai retirar muito tempo.

Professora, Ensino Secundário, 36 anos

6.4- Desmotivação

O desânimo instalou-se, a desconfiança, as manobras de charme, o controlo entre os pares e todos os elementos da comunidade... Comenta-se o atraso ou pontualidade do docente, mas não se repara quando não almoça para atender um encarregado de educação, ou se está na escola até muitas horas depois do que o horário indica... O medo paira no ar. E a frustração por não termos tempo. As reuniões são cada vez mais complicadas...longas... por motivos por vezes desnecessários... a gestão flexível do currículo implementada há cerca de 1 década com o 115A, fora nesse tempo abandonada pelos ingleses devido à iliteracia funcional... mas nós continuamos... estupidamente a ter que adoptar um sistema que não pode ter sucesso e a ser-nos imputada a nós docentes a responsabilidade de tudo.

Professora, Ensino Secundário, 36 anos

Entre muitas outras situações que já me tiram do sério este ano lectivo, hoje tive que andar a pintar paredes das salas de aula porque é necessário 'lavar a cara' dos espaços de aula para umas actividades que irão decorrer ao longo das próximas semanas. Já para não falar que quem faz a limpeza dos espaços de aula (e áreas adjacentes) são os professores, porque não temos auxiliares e acção educativa afectos aos mesmos. Não é que me custe desempenhar tais tarefas, mas parece-me que todo o tempo 'perdido' nas mesmas seria mais bem utilizado naquilo que um professor tem que fazer melhor, ou seja, preparar e dar aulas.

Professor, Oferta Profissionalizante (CP), 36 anos

Actualmente é desgastante estar ligada ao ensino básico e no público. A leccionação desta disciplina, ainda é pior...sou contratada há quase dez anos. Profissionalizada há cinco anos...investi muito nesta área, materialmente e pessoalmente. Tenho que confessar que procuro avidamente uma outra área para trabalhar porque me sinto exausta. Para além disto tudo, estou a frequentar uma outra pós-graduação em supervisão, no entanto a legislação não nos dá apoio nenhum para a realização de exames, trabalhos a apresentar...

Professora, Ensino Secundário, 44 anos

Assim que tiver oportunidade, saio do ensino público. O actual sistema está a destruí-lo; haverá cada vez mais uma grande distância entre os colégios privados, com ensino de qualidade, e as escolas públicas, depósitos de crianças e jovens. Desburocratizar o trabalho do professor, que neste modelo actual não tem tempo para ler, investigar, preparar materiais, pensar...

Professora, Ensino Secundário, 51 anos

O trabalho de um professor (com responsabilidade profissional) é enorme e poucos conhecerão essa realidade. Vivemos para o trabalho, prejudicamos a família e a nossa vida e o resultado é um professor cansado, desmotivado e sem grandes motivos para sorrir. Nas aulas falta-nos a resistência (não somos de ferro) e nem sempre somos tão pacientes como o éramos antes desta ministra e quem paga são as crianças. Passamos a vida com burocracias, reuniões, mais reuniões e, por fim, mais reuniões. Por este caminho iremos a lado nenhum...

Professor, Primeiro Ciclo Ensino Básico, 48 anos

Se fosse apenas o horário sobrecarregado e as más condições, ainda vá! o pior é o ambiente, as pressões psicológicas e o "Papão do - é melhor fazeres... vê bem... vais ser avaliada..."

Professora, Primeiro Ciclo Ensino Básico, 56 anos

Quero estabilidade porque a idade assim o reclama, porque o projecto de vida não se devia resumir apenas ao anual "serviço de emergência/bombeiro" que é o de ir tapar um buraco a algum lado. Tenho vivido coisas muito boas nos seis anos que levo como professor mas creio que já vai sendo tempo de que a necessidade pessoal de sobreponha à colectiva sendo que, no meu entender, a colectiva também iria beneficiar com a pessoal. Não quero um lugar para a vida. Quero sim a oportunidade de trabalhar num local que me permita aos 30 anos perspectivar mais do que um horizonte de seis meses. Não se entende que todos os anos dê aulas e que essa situação não seja revista com honestidade. Não me vou alongar porque coisas destas estão fartos de ler e eu estou farto de pensar/escrever/conversar.

Professor, Profissionalizante (CP), 30 anos

Toda a comunidade escolar tenta dar o seu melhor. Poucos se apercebem das horas que se passam na escola em reuniões e do trabalho feito em casa à noite e fins-de-semana. As reuniões são sempre depois das 18h30. Muitas vezes ocupam-se os três turnos. Não há computadores suficientes nas escolas para alunos e professores, bem como impressoras. Turmas de 28 alunos são um exagero. Uma escola secundária com quase mil alunos não devia ter apenas um psicólogo. É também necessário apoiar mais o Ensino Especial, haver mais gente a trabalhar na Comissão de Menores, contratar mais professores para dar aulas de apoio, diminuir a carga lectiva dos alunos, enfim... entender, de uma vez por todas, que os professores dão o seu melhor

Professora, Profissionalizante (CP), 56 anos

Ao fim destes anos todos, como contratada, chego à conclusão de que é muito desgastante estar todos os anos a conhecer realidades escolares diferentes e não poder desenvolver um trabalho pedagógico (e não só), com maior continuidade.

Professora, Educação Pré-escolar, 41 anos

Neste momento, como gosto de me envolver em projectos e aventuras - estive na candidatura e implementação dos CEFs e dos C. Profissionais na minha escola, sou embaixadora do projecto eTwinning (projecto colaborativo europeu), dinamizo várias parcerias europeias - sinto que já não tenho vida pessoal. Temo que, a partir de 2009, tenha de abandonar estes projectos para me dedicar ao preenchimento de grelhas e ao fabrico de "flores" para avaliador ver.

Professora, Profissionalizante (CP), 48 anos

Notas finais

Os dados apresentados no presente relatório correspondem a um primeiro apuramento, análise e sistematização dos principais resultados do inquérito dirigido a educadores e professores, durante o mês de Maio de 2008, sobre as condições de exercício da actividade docente.

As questões colocadas visaram fundamentalmente aprofundar o conhecimento sobre o quotidiano dos docentes portugueses, tanto na perspectiva das actividades de docência (que se traduzem num determinado volume de turmas e alunos atribuídos, segundo distintos níveis de ensino, anos de escolaridade e áreas disciplinares); como na perspectiva das actividades de natureza não lectiva desenvolvidas na escola, bem como as que se relacionam com o trabalho individual subjacente à preparação de aulas.

Porque igualmente relevante para os objectivos do estudo, foi também recolhida informação quantitativa e qualitativa sobre as condições de trabalho de que os docentes dispõem nos seus estabelecimentos de ensino, tornando-se clara a sua manifesta insuficiência e desadequação - que agrava as dificuldades decorrentes da atribuição de um elevado número de turmas e alunos a uma significativa percentagem de docentes, bem como a dispersão em muitos casos excessiva em termos de níveis de ensino, anos de escolaridade e áreas disciplinares e disciplinas leccionadas.

Neste contexto, importa sublinhar que a obrigatoriedade de maior permanência dos professores nas escolas não se traduziu numa melhoria das condições para desenvolverem as suas actividades. Face à desadequação física ou funcional dos espaços, os docentes continuaram a necessitar de trabalhar em casa, tendo nas actuais circunstâncias que prescindir de uma parte ainda mais relevante do seu tempo pessoal, social e familiar.

Para o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, o conhecimento sistemático e exaustivo das condições de exercício da actividade docente deverá converter-se numa preocupação efectiva do Ministério da Educação, que poderá desse modo demonstrar que não despreza as circunstâncias em que os professores exercem a sua profissão e reconhecer, de facto, a sua importância central e decisiva na melhoria efectiva das aprendizagens, do sucesso educativo e na assumpção plena do papel da escola na promoção da igualdade de oportunidades.